

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA - LASEB**

LUZIA EUSTÁQUIA RATES PEREIRA

**PERCEPÇÃO DE EDUCADORES SOBRE O PROCESSO DE
INCLUSÃO EM UMA UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INFANTIL**

**Belo Horizonte
2012**

LUZIA EUSTÁQUIA RATES PEREIRA

**PERCEPÇÃO DE EDUCADORES SOBRE O PROCESSO DE
INCLUSÃO EM UMA UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Educação Infantil, pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Célia Passos Ribeiro de Campos

Área: Educação Infantil

**Belo Horizonte
2012**

LUZIA EUSTÁQUIA RATES PEREIRA

**PERCEPÇÃO DE EDUCADORES SOBRE O PROCESSO DE
INCLUSÃO EM UMA UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Educação Infantil, pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Célia Passos Ribeiro de Campos

Área: Educação Infantil

Aprovado em de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Professora Doutora Regina Célia Passos Ribeiro de Campos – Departamento de Ciências Aplicadas à Educação - Faculdade de Educação / Universidade Federal de Minas Gerais – DECAE FAE/UFMG

Membro da Banca Examinadora

Professora Doutora Livia Maria Fraga Vieira – Departamento de Administração Escolar - Faculdade de Educação / Universidade Federal de Minas Gerais – DAE FAE/UFMG

RESUMO

Esta pesquisa qualitativa apresenta um trabalho de Análise Crítica da Prática Pedagógica que consistiu em pesquisa e intervenção voltada para educadoras de uma UMEI da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte no que se refere as suas percepções sobre o trabalho de inserção das crianças com deficiência nesta unidade de ensino. Com o plano de ação previamente elaborado, foi realizada uma reunião com duração de três horas com o grupo de educadoras da Instituição, além de uma troca de experiências sobre a inserção e inclusão das crianças com deficiência na UMEI. O público alvo desse trabalho consistiu de XX educadoras que atendem crianças estas, na faixa etária entre 0 e 5 anos e 8 meses. Para a coleta de dados foram feitas cinco entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas. As educadoras entrevistadas possuem a faixa etária de 33 a 40 anos, com formação acadêmica em Pedagogia e outras com especialização. Através da análise realizada, foi constatado que o processo de inclusão na Educação Infantil nessa Instituição tem apresentado grandes avanços e que é necessário repensar as práticas pedagógicas e ações, trabalhar os desafios encontrados, buscar uma melhor parceria com as famílias e demais profissionais que atuam com as crianças com deficiências. Destacaram-se como desafios enfrentados pelos educadores as questões referentes aos laudos médicos apresentados, além de serem apontadas as dificuldades em suas formações e necessidade constante de pesquisa. Reafirmando a demanda por troca de experiências com a família e profissionais que atuam com as crianças, as educadoras acreditam na importância da formação do educador e do auxiliar de apoio à inclusão que trabalha com estas crianças para, uma melhor inserção e inclusão das crianças com deficiência nesta unidade de ensino de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Educação Infantil. Educador. Educação Inclusiva. Inclusão.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	BREVE PANORAMA SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.....	9
3	OBJETIVOS.....	11
4	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE: EDUCADOR E EDUCANDO SIGNIFICANDO E CONSTRUINDO ESSA HISTÓRIA.....	12
4.1	A inclusão em Belo Horizonte.....	12
4.2	O educador infantil e a inclusão.....	15
4.3	Visando à formação continuada dos professores.....	18
4.4	Diretrizes da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	19
5	CONSIDERAÇÕES DA TEORIA SÓCIO-CULTURAL SOBRE A INCLUSÃO.....	23
6	PLANO DE AÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	25
6.1	Contextualização.....	25
6.2	Plano de Ação.....	29
6.3	Cronograma.....	31
6.4	Cronograma do Plano de ação.....	31
6.5	Procedimentos metodológicos.....	31
6.6	Descrição da realização das atividades.....	32
6.7	Análise dos dados.....	33
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
	REFERÊNCIAS.....	40
	ANEXOS.....	43

1 INTRODUÇÃO

Minha prática pedagógica na Educação Infantil com crianças de 05 e 06 anos de idade, iniciou-se no ano de 1989 quando ainda não possuía formação de magistério, pois no ano em que ingressei na escola, eu ainda cursava o 2º grau, fazendo o Curso de Magistério (1ª a 4ª série). Minha irmã havia montado uma escola infantil e me convidou para trabalhar com ela, pois já havia se formado e precisava de alguém para ajudá-la na administração e ministrar aulas em uma turma de 03 e 04 anos. Daí começou a história de “Encantos e Encantamentos”.

Até o ano de 1991 fiquei nesta escola e cursando o magistério, eu me encantava cada vez mais com as crianças e com a minha prática. Apesar de o curso estar voltado para a prática de 1ª a 4ª série, fazia leituras e cursos à parte com muitas adaptações e modificações para atender a demanda de crianças mais novas da educação infantil.

No ano de 1993, ingressei em uma escola particular como monitora de classe e no ano seguinte eu já estava efetivada e com minha carteira assinada como professora, além de receber um excelente salário. Eu sempre digo que nesta escola aprendi muito e que ela foi o pilar de todos os meus esforços e conhecimentos sobre a educação infantil. Fazíamos cursos diversos e estávamos sempre nos especializando e correndo atrás de novidades e conhecimentos na área da Educação Infantil.

Minha vontade de fazer uma graduação já era enorme e a escola em que eu estava trabalhando em 1998 pressionava todos nós, professores da Educação Infantil, para que iniciássemos um curso superior, para maior formação de profissionais que estavam atuando dentro da escola. Além disso, a demanda se intensificou com a criação da Lei em que todos os professores teriam que ter o curso superior até uma data limite, para que pudessemos continuar trabalhando na escola, sendo que a maioria dos professores não havia feito ainda o curso superior. Acabei prestando vestibular em algumas faculdades privadas e públicas e, na época, passei em quatro faculdades privadas e a faculdade que escolhi foi a UNI-BH, cujo curso de Pedagogia no turno noturno, foi iniciado em 1998.

Aliando a teoria e a prática, minha vida profissional foi amadurecendo

cada dia mais. Trabalhei com crianças de 01, 02, 03 e 04 anos ficando, durante vários anos, com crianças de maternal 3 (a escola atendia crianças do berçário ao terceiro período), pois a escola é que escolhia a turma que você iria atuar todos os anos. Desenvolvi vários projetos pedagógicos dentro da escola, pois a escola trabalhava e ainda trabalha com a pedagogia de projetos.

No período em que eu cursava a Faculdade de Educação, descobri que o curso de pedagogia não me dava embasamento suficiente e estava voltado mais para o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, assim, como o magistério, os estudos sobre as habilidades em supervisão e administração escolar, me deixaram um pouco “frustrada”.

Hoje, sou pedagoga formada pelo centro universitário UNI-BH e por conta própria e pelos desafios encontrados na Educação Infantil, passei a me especializar e estudar bastante a criança de 0 a 6 anos de idade. Por essa razão, comecei a fazer cursos pelo CEPENMG, UFMG, Balão Vermelho e oficinas, ciclos de estudos pedagógicos e leitura dos RCNEIs¹.

“A Inclusão de crianças com deficiências” é um tema que trabalho neste projeto de pesquisa de intervenção, tendo como objetivo analisar o processo de inclusão de crianças com necessidades, realizado por meio do corpo docente em uma UMEI de Belo Horizonte. Identificando a maneira que cada profissional percebe a situação das crianças com deficiência dentro da instituição, além da análise dos desafios e perspectivas para uma inclusão de qualidade e estimulando uma relação de respeito no sentido de valorização de cada criança.

Propondo uma pesquisa-ação com a aplicação de entrevistas, que foram aplicadas com as educadoras a respeito da inclusão e inserção das crianças. Também a realização de uma reunião de formação com a leitura de um artigo sobre a inclusão dentro da rede e da instituição que atuamos.

Por meio destas atividades, observar e relatar possíveis propostas do que os profissionais poderiam saber e propor a mudança da prática com a criança de inclusão.

Durante todos esses anos de prática pedagógica dentro da educação infantil, a experiência me levou por vários desafios e dúvidas. Como trabalhar

¹ Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

com crianças com deficiências garantindo uma educação de qualidade e um excelente desenvolvimento das crianças em todos os aspectos?

Tal questionamento se deu a partir do meu primeiro contato com a inclusão social trabalhando em uma escola de Educação Infantil da rede particular no ano de 1998. Onde tive a inserção de uma criança de 03 anos com síndrome de Down em minha turma de maternal III. Nessa época não recebi nenhum auxílio pedagógico por parte da escola. Não possuindo nenhuma formação específica e nenhuma prática com a inclusão de crianças deficientes, nem sabendo se a minha ação pedagógica estava sendo satisfatória para a boa formação e desenvolvimento daquela criança, procurei conhecer melhor a Síndrome. Li e estudei textos, livros e revistas que me auxiliassem no dia a dia e desenvolvimento de atividades para o bom andamento do meu trabalho.

No ano de 2005, fui lotada na UMEI², onde iniciei uma nova fase de minha vida profissional na primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil. Um dos grandes desafios que vivemos dentro da Rede Municipal de Ensino (apesar de serem muitos) é a inclusão social, uma vez que, muitas vezes temos que pesquisar e estudar bastante cada caso, para que possamos trabalhar no sentido de contribuir para a educação das crianças com deficiência.

Nestes seis anos de trabalho na Rede Municipal de Ensino, inserimos na UMEI crianças com deficiências e com especificidades variadas. São casos de Síndrome de Down, Surdez parcial, Síndrome de West, Paralisia Cerebral, Síndrome de Cornélia de Lange, Altas habilidades, Autismo, entre outras.

Durante estes anos de trabalho, nós educadores, nos deparamos com a inserção das crianças com deficiências e tentamos nos organizar ao máximo, para oferecer apoio e trabalho pedagógico que auxilie no desenvolvimento dessas crianças, na sala de aula e em todo o espaço físico da escola, além do desenvolvimento da socialização.

A escola já possui um bom trabalho e é muito inclusiva, ressaltando a importância das relações entre todos os alunos, a socialização e a percepção de cada um com suas diferenças, sem preconceitos e discriminações, junto às

² Unidade Municipal de Educação Infantil.

crianças e famílias, o respeito e a solidariedade dentro desse processo educativo. Estas, são crianças de 0 a 6 anos de idade da referida UMEI, que se localiza na região X de Belo Horizonte, que assim como as demais escolas de Educação Infantil do município assegura vaga e matrícula para as crianças com deficiências.

Nesse ano de 2011, atuei como coordenadora pedagógica no turno da manhã, onde tenho contato direto com todos os casos de Inclusão existentes dentro da Instituição. Participando de reuniões com os pais dos alunos de Inclusão, com os educadores que atuam com essas crianças em sala, além de ter a oportunidade de trabalhar diretamente com as crianças deficientes que contam com o apoio das auxiliares de apoio à inclusão que são por mim coordenadas e por outra profissional do Núcleo de Inclusão.

Por serem dois temas novos dentro da história da Educação: a Educação Infantil e a Inclusão de crianças com deficiências e por apresentarem grandes necessidades de atenção, de estudos e aprofundamento, é que senti a necessidade de compreender e reconhecer as dificuldades que cada profissional possui em relação ao tema.

O plano de ação proposto, não só é um requisito do curso de pós-graduação especialização em Educação Infantil em parceria com a universidade UFMG, mas uma demanda da própria escola para que possamos continuar dando importância a essas crianças e encontrarmos melhores formas de atuação como profissionais. Nossos esforços são muitos, mas ao mesmo tempo sem uma formação específica e melhores orientações e informações sobre cada especificidade, às vezes, me deparo com indagações e ainda frustrações sobre cada criança e seu caso específico de desenvolvimento e inserção.

As questões que nos interrogam são: será que estamos realmente trabalhando da forma correta? Quais são as perspectivas da Educação Inclusiva dentro da Rede Municipal de Educação? As formas de atuação dos educadores e monitores estão adequadas à inserção das crianças com deficiências?

2 BREVE PANORAMA SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

A Educação Inclusiva é um direito garantido por lei dentro da Constituição Federal, Estatuto da criança e do Adolescente, Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994), LDB e a Convenção de Guatemala (1999). O acesso à educação e direitos das crianças com deficiências também é assegurado pela Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que afirma em seu art. 8º,

constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa: I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta. [...]

É, ao determinar um ensino de qualidade onde deve ser garantido à criança o seu desenvolvimento integral em todos os aspectos físicos biológicos e psicológicos, que as organizações governamentais buscam acolher a demanda dos movimentos sociais para que os deficientes não estejam excluídos das escolas regulares.

O MEC³ em documento que propõe a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva afirma que

“o acesso à educação tem início na Educação Infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança”. (MEC/SEESP-Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, 2007, p.6).

Em nossa instituição estamos começando a receber materiais lúdicos adquiridos pela PBH⁴ para o trabalho com as crianças de inclusão e para o estímulo das crianças, havendo um trabalho diferenciado com cada criança. A construção de materiais alternativos foram confeccionados pelos educadores por meio de orientações de profissionais da área da saúde. Nos quais surtiram muito efeito na nossa prática pedagógica. Como no caso de uma educadora

³ Ministério da Educação e Cultura.

⁴ Prefeitura de Belo horizonte.

que para trabalhar o nome da criança com Síndrome de West confeccionou em todos os trabalhos o nome da criança em alto relevo e para que a criança se assentasse na hora das rodinhas confeccionou uma calça ortopédica para que a mesma apoiasse ao se assentar no chão. Os cartões com a rotina estabelecida confeccionados para que a criança autista pudesse estabelecer a relação com as atividades diárias.

Todas as crianças tem o direito assegurado em leis como a Convenção dos direitos da Criança – CDC (ONU,1989), Declaração de Salamanca (UNESCO,1994), onde elaboram estratégias de um bom atendimento das crianças e que usufruam e assegurem o estímulo as crianças com deficiências, devendo a escola satisfazer as necessidades de seus alunos e assegurando uma escola de qualidade.

A parte está garantida na lei, mas ainda temos que nos preparar fazendo mudanças, adaptações e procurando nos informar mais para um trabalho realmente efetivo e de boa qualidade, também para a concretização e cumprimento do que realmente é legal e adequarmos nossas posturas para um trabalho com a inclusão que seja ideal para as nossas crianças com deficiências.

3 OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Analisar a percepção das educadoras sobre o processo de inclusão de crianças com deficiências em uma UMEI de Belo Horizonte.

Objetivos Específicos

- Identificar como cada profissional percebe a situação das crianças com deficiências dentro da Instituição.
- Analisar quais são os desafios e perspectivas para uma Inclusão de qualidade.

4 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE: EDUCADOR E EDUCANDO SIGNIFICANDO E CONSTRUINDO ESSA HISTÓRIA.

4.1 - A inclusão em Belo Horizonte

Em 1982, a Prefeitura de Belo Horizonte iniciou o atendimento educacional especializado por meio de convênios de cooperação entre a SMED⁵ e três instituições da rede privada. O objetivo dos convênios era garantir a oferta de serviços de diagnóstico, tratamento e escolarização especializada.

Em 1989, o então prefeito, Pimenta de Veiga, instituiu a matrícula compulsória de alunos com deficiência física nas escolas municipais pela Lei Nº 5602/89, que seu art. 1º assegura que, “fica assegurado ao aluno portador de deficiência física, independente de faixa etária, que apresente dificuldade de locomoção, matrícula automática na escola pública municipal mais próxima de sua residência”.

Em 1990, houve ampla descentralização das Administrações Regionais e foi criado o DOEED⁶ no qual foi criado o Serviço de Ensino Especial, órgão técnico responsável pela coordenação da educação especial no município.

Com a elaboração da Resolução SMED/001/92, com a demanda cada dia maior dentro das escolas e com a obrigatoriedade de oferecer às crianças com deficiências uma escola de qualidade, criou-se salas de recursos e uma oficina pública profissionalizante para pessoas deficientes - OPP. As oficinas tinham o objetivo de preparar o aluno com deficiência para ser integrado nas escolas regulares, enquanto que as salas de recursos seriam equipadas com materiais de apoio pedagógico para os alunos já integrados, elas possuíam ainda o objetivo de oferecer cursos profissionalizantes para jovens e adultos com deficiência.

Em 1991, foi criado pela SMED, o Centro de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação – CAPE –, que funcionava com uma estrutura nas diversas áreas de conhecimento, incluindo as oficinas de educação especial.

Em 1994, a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte iniciou

⁵ Secretaria Municipal de Educação.

⁶ Departamento de Organização Escolar.

vigoroso e efervescente movimento com a implantação da Escola Plural. Neste contexto, foi criado o Fórum das Escolas Especiais, o qual foi redimensionado com a representação de todas as Regionais, Salas de Recursos e da Oficina Pública Profissionalizante, passando a se denominar “Fórum da Educação Especial”.

A posse do novo prefeito, em 1997, Dr. Célio de Castro marcou o início de um novo quadriênio. Neste contexto, a Coordenação de Política Pedagógica (CPP) foi redimensionada, constituindo-se uma coordenação geral e cinco coordenadorias específicas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Em 1998, o serviço de Ensino Especial foi desativado e a Coordenadoria de Educação Especial da CPP passou a incorporar as atribuições e competências relativas à gestão política pedagógica dessa modalidade educacional.

Muitos dos órgãos atuais e instâncias da educação municipal foram concebidos sob o paradigma da integração, o que representou a possibilidade de rever concepções e posturas baseadas na exclusão social. Entretanto, a luta pela plena igualdade de oportunidades e a contínua proliferação de grupos e segmentos excluídos ou marginalizados evidenciou os limites do paradigma da integração.

De acordo com Romeu Sasaki (1999), a integração social

“... tem consistido no esforço de inserir na sociedade que alcançam um nível de competência com os padrões sociais vigentes. A integração tinha e tem o mérito de inserir o portador de deficiência na sociedade, desde que ele esteja de alguma forma capacitado a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existente. Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torná-la mais aceitável no seio da sociedade.” (SASSAKI, 1999).

Conforme o autor destaca, a integração enfatiza a aspecto da preparação do deficiente para que possa, um dia, ser considerado apto, ser integrado à sociedade. Já o paradigma da inclusão pressupõe que é a sociedade que deve se estruturar para assegurar a inserção de todos nos diversos espaços sociais. Para que possamos entender e discutir as bases de uma política educacional pautada no paradigma da inclusão, faz-se necessário

caracterizar as estruturas e equipamentos que foram se constituindo ao longo da história da educação pública municipal, a situação atual de cada um deles para, a partir daí, traçarmos diretrizes, estratégias e metas para a construção de uma escola inclusiva.

Nos últimos anos, a demanda de alunos com deficiências tem aumentado em todos os níveis de ensino, a procura por matrículas, principalmente na Educação Infantil tem sido significativa, tanto na rede pública como nas instituições conveniadas.

Para atender essa demanda, a Rede municipal de ensino cria estratégias para que a inclusão escolar aconteça de fato, assim hoje a rede conta com os serviços de atendimento educacional às pessoas com deficiências: Núcleo de Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência, Equipe de Apoio à Inclusão das pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, Frentes de Trabalho Permanente do núcleo de Inclusão Escolar das Pessoas com Deficiência.

Há também o AEE⁷ na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, que se constitui de um serviço da educação especial que complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento - TGD e altas habilidades. Os alunos são encaminhados através dos acompanhamentos das escolas que fazem parte da Equipe de apoio à Inclusão.

Nos últimos dez anos, mediante a demanda crescente das famílias pela escolarização de seus filhos com deficiência nas escolas regulares e visando a garantir a estas crianças e adolescentes o direito, acesso e permanência com qualidade nas escolas e instituições de Educação Infantil da rede municipal de ensino, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte vem propondo estratégias para a implementação da educação inclusiva no município.

A disponibilização de auxiliares de apoio à inclusão é uma estratégia que tem por objetivo proporcionar aos educadores possibilidades de atender, de forma individualizada e quando necessário, aos alunos com deficiências em suas necessidades educacionais e, aos alunos, o atendimento a necessidades de locomoção, cuidados na alimentação e higiene, quando há

⁷ Atendimento Educacional Especializado.

comprometimento da autonomia para as atividades diárias.

Em Belo Horizonte, estamos com um novo documento em fase de revisão que são as Proposições Curriculares para a Educação Infantil, o mesmo traz de forma bem clara na LDB⁸, Lei n 9.394, de Dezembro de 1996, que contemplada, no capítulo V, a educação especial. Definida por modalidade de educação escolar que é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino às pessoas com necessidades educacionais especiais. Contempla desde a Educação Infantil ao ensino superior.

4.2 – O educador infantil e a inclusão

Toda a história da educação infantil e da inclusão está muito recente dentro da rede municipal e com a criação do cargo de educador infantil estamos ainda engatinhando para uma educação inclusiva de qualidade, e ainda temos muito que aprender em todos os níveis. Pode-se perceber através dos anos que muito tem sido feito, mas ainda tem muito a se fazer, pois a educação é um processo contínuo e se tratando de educação inclusiva é necessário mais esforços, para enfrentar os desafios e entender complexidade da inclusão, pois o que se reivindica não é apenas um conjunto de imposições políticas, mas uma mudança e uma nova forma de ação para uma melhor educação inclusiva. A implementação da inclusão escolar de forma adequada na educação infantil é importante, pois é nesta faixa etária que as crianças desenvolvem suas potencialidades de maneira mais significativa, mesmo as que apresentam deficiências. Portanto é nesta primeira etapa da educação básica que devemos aprimorar a forma de concretizar a inclusão escolar mediante ações eficazes que possam garantir o direito de participação efetiva da criança no cotidiano escolar.

Dessa maneira, as ações da criança sobre o meio, como fazer coisas, brincar e resolver problemas podem produzir formas de conhecer e pensar mais complexas, combinando e criando novos esquemas, possibilitando novas formas de fazer, compreender e interpretar o mundo que a cerca.

O aprendizado tem início precoce. Durante a primeira etapa do

⁸ Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

desenvolvimento infantil, a criança especializa e aumenta seu repertório de relações e expressões através dos movimentos e das sensações que estes lhe proporcionam; das ações que executa sobre o meio; da reação do meio, novamente percebida por ela. Sensações experimentadas, significativa, afetiva e intelectualmente, armazenadas e utilizadas, reutilizadas e percebidas em novas sensações.

A criança com deficiência física não pode estar em um mundo para desenvolver suas habilidades. É preciso que ela receba os benefícios tecnológicos e de reabilitação em constante interação com o ambiente ao qual ela pertence. O ambiente escolar para estas crianças é o espaço, por natureza, de interação uns com os outros. O aprendizado de habilidades ganha muito mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação.

A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiências não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido. Para haver a inclusão das crianças com deficiências no processo educativo se faz necessário reconhecer a criança como pessoa que possui direito à escolarização e em seguida como criar estratégias educativas que possam contemplar os objetivos traçados, tanto para as crianças com deficiências, como para as sem deficiências.

Daí a importância de uma excelente preparação e motivação dos educadores para se realizar uma educação inclusiva de qualidade.

Os educadores da Educação Infantil na rede municipal de ensino são concursados num cargo de educador infantil, com nível segundo grau (magistério) que atuam em UMEIS dentro da cidade de Belo Horizonte. Ao ingressar nas instituições o profissional não dispõe de nenhuma preparação para trabalhar com crianças com deficiências e a partir do momento da inserção da criança dentro da instituição é que se conta com o apoio de uma profissional do núcleo de inclusão da regional Y e de um auxiliar de apoio à inclusão que é inserido na escola para se trabalhar com a criança.

A partir deste mês de agosto os auxiliares de apoio à inclusão estão tendo cursos ofertados pela SMED contando com a parceria de hospitais como AMR, Hospital Sara Kubitscheck e outros.

Temos em nossa Instituição muitos casos de crianças com deficiências

e são casos que passamos a conhecer por suas especificidades e suas demandas a partir do momento que temos reunião com os profissionais que trabalham com essas crianças, nos atendimentos contra-turno em consultórios ou hospitais.

Para cada criança com deficiências que é feita a inserção em nossa instituição de ensino, contamos com a presença de um auxiliar de apoio à inclusão que acompanha a criança nas atividades diárias. São funcionários contratados pelo caixa escolar que trabalham oito horas diárias, durante o turno da manhã e da tarde. Isso quer dizer que cada funcionário pode ter até duas crianças com necessidades especiais, ou até mais, conforme o caso.

O que me preocupa e me deixa em desconforto é que esse funcionário não possui nenhuma formação específica, tendo a exigência mínima do ensino médio e não recebe nenhuma formação em cursos e nem conhece cada caso antes de lidar diretamente com as crianças. Tanto o educador quanto os auxiliares de apoio à inclusão passam a conhecer as especificidades de cada criança no decorrer do ano e por seu próprio interesse e pesquisa.

Estamos começando a ter novos horizontes e melhorias no sentido de preparação dos auxiliares de apoio à inclusão, uma vez que, durante o mês de outubro estes saíram para palestras e oficinas oferecidas pela GERED⁹ e que durante este ano irão acontecer mais quatro encontros. Foram oferecidos também palestras e encontros com os pais e responsáveis das crianças com deficiências. Os auxiliares de apoio à inclusão participam dessa formação e receberam também um DVD com informações sobre casos de síndromes e doenças.

No início do ano letivo fiz uma reunião com o grupo de auxiliares e trabalhei com um texto da professora Iza Rodrigues Luz para leitura e pedi a elas que anotassem dúvidas e discutimos o texto em outra reunião para darmos o início e começarmos a inserção das crianças e das auxiliares na Instituição. Expliquei também o funcionamento da escola e esclareci algumas dúvidas, motivando-as a realizarem um excelente trabalho.

Fizemos a leitura da ficha individual de cada aluno que cada auxiliar iria trabalhar e distribuí cadernos de anotações de relatos de atividades e ações

⁹ Gerência de Educação

importantes sobre cada aluno.

4.3 – A demanda por formação continuada dos professores

Como é de suma importância se trabalhar a formação de nossas crianças com deficiências, este trabalho destaca o desafio de preparar os profissionais que atuam diretamente com elas.

Estudos tem mostrado que a educação infantil enfrenta problemas, como a falta de capacitação de recursos humanos (KUHLMANN JR. 1999; PALHARES; MARTINEZ; 1999; DE VITTA; EMMELE, 2004).

Os cursos de pedagogia e das demais licenciaturas que oferecem habilitação ou disciplinas voltadas às especificidades de alunos com necessidades educativas especiais. Como apontam Glat e Pletsch (2004), os poucos cursos que oferecem algum aprofundamento nesta área, em sua maioria, seguem um modelo tradicional de formação “especializado”, com orientação clínica, tal como adotado na educação Especial dos anos 1970. Mesmo os cursos novos, ou com reformulações curriculares recentes, não enfatizam os desenvolvimentos atuais do campo, como por exemplo, a Educação Inclusiva.

De acordo com as referidas autoras,

essa é uma questão bastante preocupante porque o processo de inclusão Escolar (de maneira mais ou menos articulada, dependendo da rede) está sendo Implementado no país, a composição do alunado das escolas se tornando cada vez mais diversificada, e o currículo dos cursos de formação de professores não contempla essa nova realidade. Em consequência, os futuros docentes continuarão despreparados para atuar sob novo paradigma da escola aberta à Diversidade, resultando em prejuízo social e acadêmico aos alunos incluídos e aos demais agentes participantes (GLAT; PLETSCHE, 2004, P.5).

Somando-se à desinformação dos profissionais, ou talvez até mesmo em função dela, verifica-se que em nosso país as políticas públicas de atenção à Saúde e educação da pessoa com deficiências ainda são pouco executadas. Torna-se necessário ressaltar a enorme carência de investimentos nesses campos, tanto no sentido de financiamento de projetos, quanto na capacitação dos profissionais.

Algumas questões se fazem pertinentes sobre a formação do profissional que trabalha com crianças com deficiências, pois se não se tem formação em ambiente acadêmico, não vai ser somente por meio da prática e do fazer diário que se vai adquirir essa experiência e contar com o esforço pessoal de cada profissional, para se fazer entender cada especificidade de cada criança nas instituições de ensino, mas proporcionar aos profissionais da Educação Infantil uma formação continuada e de parcerias com a área da saúde para que esse trabalho seja cada vez mais eficaz e garantido a essas crianças.

4.4 - Diretrizes da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

As Diretrizes da Política de Educação Especial abrem uma perspectiva para a Educação Inclusiva quando normatiza o atendimento, conforme podemos observar no trecho abaixo:

O atendimento educacional tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substituídas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas a autonomia e independência na escola e fora dela. (MEC/SEESP-Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, 2007, p.9).

A cada dia em nossa instituição estamos recebendo crianças com especificidades diferentes e cada vez mais nos prepararmos e aperfeiçoamos nossos conhecimentos para lidarmos com cada criança, conforme os pressupostos acima citados, no sentido de *identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos* buscando garantir a autonomia e a ampliação do potencial cognitivo dessas crianças. Ao proporcionar a cada criança atividades que irão estimular o seu desenvolvimento garante-se concretamente, e não só politicamente, que a cada dia estejamos conscientes e atuantes como profissionais na área da educação.

Novos recursos e métodos de ensino como materiais tecnológicos e didáticos estão proporcionando às pessoas com deficiências maiores

condições de adaptação social, superando, pelo menos em parte, suas dificuldades e lhes permitindo uma vida mais participativa em sua comunidade. Pode-se identificar, nesse momento, uma mudança de paradigma. O “deficiente pode se integrar na sociedade” e tornou-se a matriz política, filosófica, e científica da Educação Especial.

Incluir todas as crianças e, especificamente a criança com deficiência é um compromisso assumido pela SMED de Belo Horizonte. Atender a criança com deficiências significa reconhecê-la como uma cidadã de direitos, proporcionando um ambiente privilegiado de relações de afetos, de educação e de cuidados. Uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação da sociedade democrática e não excludente deve necessariamente promover o convívio com a diversidade, que é marca da vida social brasileira. (RCNEI's, 2002, p.35).

O novo pensar sobre o espaço social das pessoas com deficiências tomou força com os movimentos sociais em prol dos direitos humanos das décadas de 70 e 80, resultando no Brasil, como na maioria dos países, numa transformação radical nas políticas públicas, nos objetivos e na qualidade dos serviços de atendimento a pessoas com deficiências. Na esfera da educação, se desencadeou a busca por alternativas pedagógicas para a inserção de todos os alunos, preferencialmente no sistema de rede regular de ensino, como recomendado no art. 208 da Constituição Federal de 1988, que afirma que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]”.¹⁰

A Educação Inclusiva, em suas diversas interpretações e modalidades, é hoje a diretriz principal das políticas públicas educacionais tanto em nível federal, quanto estadual e municipal (FERREIRA; GLAT, 2003). Nesta proposta, a escola deve se adaptar para atender a todos os alunos, independentemente

¹⁰ obs.dji.grau.2: Art. 1º, Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência - L-0010.845-2004; Art. 13, § 2º, L-011.494-2007 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Alteração.

obs.dji.grau.3: Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência - L-007.853-1989; Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e as Normas de Proteção - D-003.298-1999 - Regulamento.

de suas condições sociais, culturais, comportamentais, ou orgânicas (UNESCO, 1994).

Para que a educação Inclusiva aconteça efetivamente é preciso que todos os profissionais da escola se envolvam nesse processo. Possibilitando os alunos com necessidades especiais, possam se sentir parte daquele ambiente educacional, aceitos e apoiados por seus pares e pelos demais profissionais da escola. Dessa forma, os recursos físicos e toda a materialidade para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, embora muito importantes, cedem lugar ao desenvolvimento de novas atitudes, de novas formas de atuação e de interação na escola. Para tanto é necessário que todos os profissionais diretamente ou indiretamente ligados à educação tenham um novo olhar, buscando construir uma pedagogia centrada no aluno, que por sua vez, suscite a construção de uma sociedade que respeite a dignidade e as diferenças (STAINBACK & STAINBACK, 1999).

Segundo esses autores, não há mais como se tratar a homogeneidade nas escolas, a consciência de que a heterogeneidade existe está posta para ser pensada, planejada e desenvolvida, com vistas ao favorecimento de aprendizagens significativas e necessárias. Os educadores têm o dever e a obrigação de fazê-las acontecer, demandando para isso pesquisas compartilhamento de experiências e estudos para conseguir fornecer a todos os alunos os conhecimentos mínimos para que possam atuar com responsabilidade na sociedade em que vivem.

Conforme Moran acrescenta sobre o ato de ensinar e aprender:

ensinar e aprender exigem hoje muito mais flexibilidade espaço-temporal, pessoal e de grupo, menos conteúdos fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação e uma das dificuldades atuais é conciliar a extensão da informação, a variedade das fontes de acesso, com o aprofundamento da sua compreensão, em espaços menos rígidos, menos engessados. Temos informações demais e dificuldade em escolher quais são significativas para nós e conseguir integrá-las dentro da nossa mente e da nossa vida. (MORAN, 2006, p.11).

Dentro de nossa UMEI a questão da diversidade cultural e a questão da inclusão das crianças com deficiências está, a cada dia, mais sendo repensada e analisada em nossas ações cotidianas. No sentido de estarmos a cada dia pensando em estratégias que deem as crianças possibilidades que cada um

participe das atividades com os seus pares, participando das rotinas em sala de aula e demais espaços da escola. A participação dos auxiliares de apoio à inclusão em cursos oferecidos pela rede, durante alguns sábados com palestras e discussão sobre os casos e deficiências matriculados na escola, tem sido de suma importância no desenvolvimento do trabalho dos auxiliares com as crianças.

Criou-se dentro da rede municipal de ensino uma roda de conversas com os pais das crianças com deficiências para discussões e conversas em grupo. Para Moraes (1997, p. 152) apud Behrens (2005, p. 77),

o papel do educador-educando é propor situação-problema, desafios, desencadear reflexões, estabelecer conexões entre o conhecimento adquirido e os novos conceitos, entre o ocorrido e o pretendido, de tal modo que as intervenções sejam adequadas ao estilo do aluno, as suas condições intelectuais e emocionais e a situação contextual (MORAES, 1997).

Respeitar a individualidade e necessidades de cada criança em nossa Instituição é possível de se ver em cada ato das educadoras que estão a todo o momento despertando nas crianças o seu potencial como ser humano e dentro de cada necessidade possibilitando um fazer pedagógico que faz com que cada um, dentro do seu potencial, desenvolva e cresça a cada dia.

5 CONSIDERAÇÕES DA TEORIA SÓCIO-CULTURAL SOBRE A INCLUSÃO

A exposição a seguir é fruto de escolhas feitas dentre as teorias estudadas durante o processo de pesquisa-ação, no qual pude ter o suporte teórico necessário para desenvolver minhas ideias acerca da inclusão.

Para Vygotsky (1995), os princípios do desenvolvimento humano são os mesmos para todos os sujeitos. Todo ser humano é educável. Todas as crianças devem ser educadas. Na sua visão, a fragilidade da deficiência é também uma força que move o sujeito para as suas realizações. Isso significa pensar nos opostos como partes de um todo. A deficiência faz parte da subjetividade de muitas pessoas, que se constituem como sujeitos sociais, com base, simultaneamente, na fragilidade e na força dessa condição e em suas possibilidades educativas. (LIMA, 2006, p.21).

Sasaki (1997, p.40) conceitua a inclusão social não como algo já consolidado, mas como um movimento contínuo, como um

processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997).

A inserção da criança no ambiente escolar regular pode favorecer a experimentação de uma diversidade maior de atividades (Mantoan,1997; Santos 1998; Erwin,Scheiber,1999). Essas promovem o desenvolvimento global da criança, o aprimoramento de habilidades e capacidades, a superação de dificuldades a descoberta de que ela é parte integrante e atuante de uma sociedade. Sua inserção também possibilita à criança aprender que o ambiente social é constituído de diferentes pessoas, com diferentes características e que essas diferenças devem ser respeitadas, ou seja, que a sociedade é sinônimo de diversidade.

Segundo Pessotti (1986), por exemplo, a evolução social no tratamento das pessoas com deficiência propicia benefícios não só a elas próprias, mas a sociedade em geral. A diminuição da discriminação e os conhecimentos obtidos a partir da convivência com as pessoas com necessidades especiais são alguns desses ganhos. (LIMA, 2006, p.21).

Segundo Amaral (2003), a educação inclusiva propõe que todos os indivíduos com deficiências ingressem na rede regular de ensino, calcada no princípio de educação para todos.

A legislação é explícita quanto à obrigação das escolas de acolher as crianças que se apresentam para a matrícula. Por outro lado é importante que esse acolhimento não seja formal e que o aluno com deficiência tenha condições efetivas de realizar integralmente suas potencialidades. (LIMA, 2007, p.37).

O papel do adulto, em uma proposta de Educação Infantil voltada para a abordagem sócio construtivista, é mediar as interações da criança com as outras crianças e com o meio físico e simbólico da instituição. (VEIGA, Márcia Moreira, A organização do trabalho educativo, p. 187).

O “treinamento” dos atuais e futuros professores comuns e especiais é indispensável. Esses treinamentos deverão focar os conceitos inclusivistas como autonomia, independência, equiparação de oportunidades, inclusão social da deficiência, rejeição zero e vida independente. (SASSAKI; 1998, p.9).

Os benefícios que todos podem alcançar no convívio com a diferença torna o ambiente escolar mais rico e mediador de múltiplas aprendizagens, ampliando trocas afetivas, sociais e intelectuais entre os sujeitos envolvidos, desenvolvendo atitudes como respeito, solidariedade e tolerância, como assegura Veiga.

Bueno (1999) menciona que incluir não é apenas colocar a pessoa com deficiências dentro de uma classe regular, é, sobretudo considerar a diversidade e conseguir dar conta das especificidades culturais, étnicas, religiosas, entre outras. Incluir é uma forma mais elevada de democratizar o sistema educacional, dando oportunidade para aquele que por algum motivo estão fora da escola.

6 PLANO DE AÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os procedimentos metodológicos utilizados no plano de intervenção tiveram por base a técnica de pesquisa-ação e foram realizados através de entrevista com educadoras. A pesquisa-ação é um tipo de metodologia de pesquisa na qual o pesquisador deve estar empenhado em solucionar algum problema através de uma ação. Portanto para este tipo de pesquisa, o problema a ser solucionado torna-se objeto de estudo.

Assim sendo, tanto o pesquisador quanto o grupo pesquisado interagiram de modo participativo, desenvolvendo as idéias propostas no plano de pesquisa. Para a pesquisa-ação, é preciso que ao final do processo haja algum tipo de transformação do grupo envolvido, gerando assim a solução para o problema em questão, conforme os objetivos específicos da pesquisa. Por esse motivo, durante um determinado estudo, poderão ocorrer ajustes progressivos nos planejamentos da investigação, se assim for necessário, “fortalecendo a questão da pesquisa em ação.” (FRANCO, 2005, p. 496).

6.1 Contextualização da Unidade Municipal de Educação Infantil

A UMEI onde serão realizadas as atividades está situada na região Y da cidade de Belo Horizonte e está ligada a uma outra escola municipal, denominada escola-núcleo. Foi criada em 2004, a partir da demanda de educação para crianças de 0 a 5 anos na região.

A escola está situada em um bairro de classe média-alta com moradores de nível sócio-econômico-cultural mais favorecido e houve uma polêmica causada pela associação de moradores no intuito de não permitir a construção de uma escola pública no bairro, mas a Prefeitura utilizou de alguns critérios para instalá-la no bairro. Um deles foi o uso de um terreno institucional, com metragem e topografia adequados para a construção da escola e, o outro, para fins de matrícula, foi o de considerar o entorno da UMEI, que atende ao bairro em que está inserido e a outros próximos, cujo público depende dessa unidade escolar. Contudo, o público atendido é considerado heterogêneo em relação às condições sócio-econômico-culturais.

A escola possui capacidade para 155 alunos por turno, tendo hoje

um total de 136 crianças, dentre essas crianças 25 possuem diagnóstico de deficiência e se encontram distribuídas pelas diversas turmas, conforme o critério faixa etária da seguinte forma:

Turno da manhã: horário de aula de 7:00 min às 11:30 min.

Berçário- (04 meses a 01 ano de idade) 03 crianças com deficiências: Sindacta congênita, deficiência auditiva e física.

Sala 01 - (01 a 2 anos de idade) 02 crianças com deficiências - Síndrome de Down e Síndrome de West.

Sala 02 - (2 a 3 anos de idade) 04 crianças com deficiências: Altas habilidades, Síndrome de Down, hipotonia muscular e Pé torto/posição bilateral.

Sala 03 - (3 a 4 anos de idade) 02 crianças com deficiências: atraso global e paralisia cerebral.

Essas crianças são de período integral e frequentam a escola na parte da manhã e tarde no horário de 07h00min as 17h30min.

Turno da manhã: horário de aula de 07h00min as 11h30min.

Sala 4 - (5 a 6 anos de idade) 01 criança com deficiência - Síndrome de West.

Sala 5 - (4 a 5 anos de idade)- 02 crianças com deficiências - Altas habilidades, ADMPM, Baixa Visão e deficiência física.

Sala 6- (4 a 6 anos)- 02 crianças com deficiências- atraso no desenvolvimento e autismo.

Turno da tarde: horário de aula de 13h00min às 17h30min.

Sala 03 - (crianças com 5 a 6 anos de idade)- 02 crianças com necessidades especiais: hipotonia muscular, disfunção visual, ADMPM, Deficiência Física e Ptose congênita.

Sala 04 - (crianças com 5 a 6 anos de idade)- 01 criança com necessidades especiais- Anomalia fronto temporal direita-síndrome Picordi- ADMPM.

Sala 05 - (crianças com 3 a 4 anos de idade)- 06 crianças com deficiências, sendo 2 sem laudo médico: traços de anemia falciforme e 01 oostomizado. E quatro com laudo médico: lesão plexo branquial, Redução de movimentos ativos, Displaxia cleido craniana, Implante Coclear/perda auditiva, ADMPM, Hiperatividade e crise convulsiva.

A área externa é constituída por um parquinho de brinquedos de madeira

e outros de metal em espaço gramado, chuveirinho e teatro de arena. Há um pátio coberto entre os blocos de salas de aula, com outro parquinho com brinquedos em plástico e em metal. Esta área também é utilizada como cantinho de artes. Neste pátio há uma passarela coberta que integra as salas do bloco parcial (salas 03, 04, 05, 06, 07), a horta e o estacionamento. A área interna é composta pelo bloco administrativo (funcionam coordenação, vice-direção, secretaria, lavanderia, cozinha, refeitório e almoxarifado), o bloco das salas do horário integral (salas 01, 02, berçário, fraldário, lactário, sala multiuso e sala dos educadores). As crianças de 0 a 2 anos, ficam respectivamente no berçário, sala 01 e sala 02, frequentam a escola em horário integral (07h00minh às 17h30minh) e as demais somente em horário parcial, de acordo com a demanda da família e as possibilidades da escola em colocá-la no período da manhã ou tarde. A organização dos alunos em turmas é feita por faixa etária e o recorte etário é estabelecido pela PBH, que pela portaria SMED Nº 175/2011, entende-se em seu art. 3º,

§ 3º - Em 2012, as turmas serão organizadas pelo seguinte recorte etário:

- 1º/4/2006 a 31/3/2007: turmas de 5 a 6 anos;
- 1º/4/2007 a 31/3/2008: turmas de 4 a 5 anos;
- 1º/4/2008 a 31/3/2009: turmas de 3 a 4 anos;
- 1º/4/2009 a 31/3/2010: turmas de 2 a 3 anos;
- 1º/4/2010 a 31/3/2011: turmas de 1 a 2 anos;
- 1º/4/2011 em diante: turmas de 0 a 1 ano.

A UMEI é formada atualmente por 48 funcionários (vice-diretora, coordenadoras, educadores, funcionárias de limpeza, cozinheiras, porteiros, vigias e auxiliares de apoio à inclusão). A escola funciona em dois turnos de trabalho, mas com funcionários que trabalham o dia todo, outros em horários intermediários e outros no noturno (no caso do vigia e também de trabalhos comunitários que acontecem à noite, como exemplo a catequese). A vice-direção possui uma jornada de trabalho integral e faz a interlocução entre os dois grupos de trabalho, manhã e tarde. Cada turno possui uma coordenadora que auxilia as educadoras em seus projetos, matrizes, atendimento aos pais e crianças, dentre outras funções como cópias das atividades e reuniões.

A relação entre a comunidade do entorno e a referida UMEI é muito boa e estabelecida com base no respeito mútuo e valorização. O espaço físico da UMEI é constantemente solicitado e cedido aos trabalhos sociais, culturais e

religiosos desenvolvidos pela comunidade.

A proposta pedagógica da escola é sócio-interacionista, visto que concebe o desenvolvimento infantil como um processo dinâmico. Percebe que é através do contato com o seu próprio corpo, com os vários ambientes que frequenta, bem como por meio de sua interação com outras crianças e adultos os alunos vão desenvolvendo a capacidade afetiva, a sensibilidade, a autoestima, o raciocínio, o pensamento e a linguagem.

Os princípios que norteiam a proposta pedagógica da escola são o equilíbrio e a sintonia do cuidar e o educar como ações que se complementam. O brincar é a forma privilegiada de expressão, de pensamento e de interação da criança. A proposta pedagógica da escola está pautada no binômio cuidar / educar e tem como objetivos: cuidar; desenvolver os aspectos sócio-afetivo, emocional e cognitivo; destacar potencialidades; troca-interação (criança/adulto/criança); relacionar; resgatar a autoestima; construir a autonomia; promover o bem estar; estabelecer parceria família-escola, e; trabalhar as diferenças promovendo a equidade e valorizando a diversidade.

Sendo a faixa etária atendida pela Educação Infantil zero à cinco anos e oito meses, um recorte ideal para o trabalho com Projetos de Trabalho, as educadoras da UMEI têm feito dessa linha didático-pedagógica sócio interacionista, orientadora de basicamente todas as atividades desenvolvidas na escola.

Há uma clara preocupação com o trabalho das diferenças, mas num sentido muito amplo, que podem ser culturais, regionais, sociais, comportamentais ou clínicos - como no caso das crianças de inclusão. Há também um *Projeto Institucional* ou *Projeto Global*, chamado: Valores e Virtudes; que inclui toda a comunidade escolar. Ele entende que na Educação Ambiental, o meio não se limita ao contato do ser humano com a natureza, mas inclui a relação com as pessoas, com a cultura, com os costumes, com os conhecimentos. “Nessa perspectiva, fazer educação ambiental é mais do que sensibilizar as pessoas para a preservação de rios, florestas e animais. É ter como primeiro compromisso a equidade social, o respeito do ser humano pela própria espécie.” (Mansolo, 2005).

Nesse processo de interação com o outro, a criança obtém um acervo de conhecimentos sobre os quais alicerça sua compreensão acerca do meio.

Sendo a criança parte integrante deste meio é fundamental que a Educação Infantil, vista enquanto um tempo de formação, valorize atitudes que contribuam para melhorar a qualidade de vida, ampliando o conceito de cuidar.

Assim o cuidar e o educar, na prática da Educação Infantil, estão diretamente ligados ao conceito de Ecologia Integral, que abrange a Ecologia Pessoal, Social e Ambiental, as dimensões do ser humano visto dentro de sua individualidade, com suas potencialidades e limites, dentro das relações com o outro e inserido no meio. Pressupõe assim, reflexão para a ação, para a prática, para a mudança de postura e hábitos do indivíduo em relação a si mesmo, ao outro e ao meio ambiente. Desta forma, a Ecologia Integral é um eixo norteador da prática desta escola que perpassa por todas as áreas de conhecimento, projetos e ações. O distanciamento e a aproximação do Projeto Institucional escrito e vivido são bem equilibrados. Há projetos de sala que abrangem mais e outros menos, mas todos pautados no princípio do equilíbrio do cuidar e educar.

Em nosso Projeto Político Pedagógico o tema inclusão é colocado como um caso a parte, por ser um assunto polêmico da rede municipal, e por ter a estrutura física para estratégias de inclusão de crianças com deficiências, pois seu espaço físico foi pensado e estruturado para atender tais crianças.

No que se refere ao processo de Educação Inclusiva, nesse ano de 2012 estamos com o total de 28 crianças com deficiências em nossa Instituição de ensino. Possuem vaga garantida na Instituição por serem alunos de matrícula compulsória sobre os critérios de NE¹¹. Eles estão inseridos em turmas de faixas etárias que vem desde o berçário 04 meses de idade à turmas de 5 anos e 8 meses, nos turnos manhã e tarde.

6.2 Plano de ação

- Projeto: Percepção de educadores sobre o processo de inclusão em uma Unidade de Educação Infantil.
- Período de duração: três meses outubro/novembro/dezembro.
- Tema: Inclusão.

11 Necessidades especiais

- Justificativa: Um dos grandes desafios que vivemos dentro da Rede Municipal de Ensino (apesar de serem muitos) é a inclusão social, uma vez que muitas vezes temos que pesquisar e estudar bastante cada caso, para que possamos trabalhar no sentido de contribuir para a educação das crianças com necessidades especiais.

Nestes sete anos de trabalho na Rede Municipal de Ensino, estamos a todo o momento trabalhando com crianças com deficiências e com especificidades variadas. São casos de Síndrome de Down, Surdez parcial, Síndrome de West, Paralisia Cerebral, Síndrome de Cornélia de Lange, Altas habilidades, sindactia congênita, atraso global, hipotonia muscular, hidrocefalia pós-hemorragica, displaxia-cleido craniana, implante coclear, crise convulsiva, anomalia fronto-temporal direita, síndrome Picorde e Autismo.

Durante esses anos de trabalho nós educadores, em todo o momento, nos deparamos com a inserção das crianças com deficiências e tentamos nos organizarmos ao máximo para oferecer apoio e trabalho pedagógico que ajude no desenvolvimento dessas crianças dentro de sala e no espaço físico da escola, além da sua socialização. Será que nossa Instituição tem trabalhado de forma efetiva para garantir uma educação inclusiva?

Por serem dois temas novos dentro da história da Educação: a Educação Infantil e a Inclusão de crianças com deficiências, que são dois pontos que merecem atenção e que precisam de estudo e aprofundamento, é que senti a necessidade de compreender e reconhecer as dificuldades que cada profissional possui em relação ao tema, e pesquisar a percepção das educadoras sobre o processo de inclusão.

ATIVIDADES	OBJETIVO/ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO
Aplicação	Verificar nível de conhecimento e práticas	Observação e trabalho de campo com observação das educadoras e monitoras de inclusão.
Reunião	Dinâmica de troca de experiências	A reunião aconteceu no mês de dezembro e foi apresentado um Power-point com o texto A inclusão em Belo Horizonte e dinâmica com troca de idéias e experiências das educadoras.

Entrevista (cinco)	Os entrevistados serão selecionados a partir dos seguintes critérios:	Após a reunião pedi a colaboração das educadoras que se propuseram a ser entrevistadas e saímos para a sala dos professores e individualmente foram feitas as entrevistas que foram gravadas e transcritas.
---------------------------	---	---

6.3 - Cronograma

Outubro: Pesquisa de campo e observação em diário de bordo.

Novembro: Reunião Pedagógica para discussão do artigo sobre Inclusão e a real situação da Educação Inclusiva dentro da Rede Municipal e da Instituição.

Dezembro: Entrevistas com cinco educadoras na Instituição (será a mesma descrita para a análise de dados e respostas e avaliação)

6.4 Cronograma do Plano de ação

ATIVIDADES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Levantamento e revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração do projeto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Plano de ação	X	X	X	X	X					
Atividade 1	X	X	X	X	X					
Atividade 2	X	X	X	X	X					
Atividade 3	X	X	X	X	X					
Análise dos resultados	x	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração do trabalho final	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

6.5 Procedimentos metodológicos

Para a elaboração e execução do plano de ação foram utilizados alguns procedimentos metodológicos trabalhados passo a passo, para que a pesquisa fosse concluída e analisada. A necessidade da realização dos procedimentos metodológicos para a realização da ACPP¹² é de suma

¹² Análise Crítica da Prática Pedagógica

importância para a análise da percepção dos educadores sobre o processo de inclusão em nossa Unidade Municipal de Educação Infantil.

A partir da realização da reunião e apresentação do power point, discussão, de experiências e entrevistas é que se pode ter o desenvolvimento e conclusão do trabalho aqui apresentados.

1ª fase: Realização de uma reunião de formação com a apresentação do Power-point de um artigo sobre a inclusão dentro da Rede Municipal com o objetivo de informar e discutir com as educadoras sobre a real situação dentro da Rede e da Instituição que atuamos. Nesse momento, foram discutidos pontos positivos, negativos e possíveis intervenções para uma Educação Inclusiva com maior qualidade.

2ª fase: Discussão de casos reais de educadores que já foram responsáveis por classes inclusivas, que possuíam uma ou mais crianças com deficiências e também educadores que ainda não tiveram essa experiência e que poderá conhecer mais sobre o assunto e trocas de experiências, para que as educadoras que ainda não trabalharam com crianças com deficiências possam trocar informações sobre os alunos que irão permanecer mais alguns anos na escola e conhecerem mais sobre os mesmos.

3ª fase: Aplicação de um questionário/entrevista com cinco educadoras ao final da intervenção para a análise das repostas e posteriores modificações e mudanças.

6.6 Descrição da realização das atividades

O plano de ação foi desenvolvido no mês de Novembro de 2011 tendo o espaço marcado em uma de nossas reuniões pedagógicas que acontece uma vez ao mês no horário noturno ou aos sábados conforme calendário da Instituição. Nossa reunião aconteceu no dia 18/11/2011 no turno da noite de 18h00minh às 21h00min. A reunião contou com a presença de um grupo de 26 educadoras e foi apresentado por mim, um Power point com o tema apresentado na fundamentação teórica do atual trabalho sobre a situação da Inclusão e Belo Horizonte.

Depois da apresentação do mesmo, discutimos sobre o texto e

conversamos sobre a nossa situação hoje na Instituição e de cada caso com troca de experiências entre as educadoras. Em nossa Instituição há casos e educadores que trabalham com a inclusão desde a inauguração da UMEI e outras que não tem a experiência desse trabalho enriquecedor. E que após o relato de experiência de uma colega de trabalho observou a importância de estarmos fazendo o nosso trabalho com compromisso e qualidade... É um trabalho bem feito, eu sempre vejo as pessoas muito atenciosas. Assim como são as outras. Sempre vejo as pessoas brincando, conversando, interagindo com essas crianças e se esforçando para que elas participem das atividades do grupo. São crianças bem cuidadas e bem olhadas, são muito bem recebidas.

Após essa troca de experiências e colocados cada caso em específico de cada educador com a inclusão na Instituição. Ocorreu o caso de duas educadoras que trabalharam com uma criança de Inclusão que após a reunião puderam refletir sobre o grande avanço que a criança obteve ao longo dos três anos que a criança frequenta a nossa Instituição e de como a família está satisfeita com o trabalho realizado com a criança.

Percebemos a relevância e importância de tal discussão, pois a mesma estava contribuindo para a formação do grupo e das demais educadoras novatas que estavam sendo inseridas na Instituição e que poderão ser educadoras das crianças que estão na escola. Logo em seguida informei às educadoras que eu estaria realizando uma entrevista individual com aqueles que estivessem disponíveis para contribuir com a pesquisa-ação sobre a inclusão de crianças com deficiências.

Foram entrevistadas cinco educadoras com faixa etária de 30 a 40 anos, com formação em pedagogia e pós-graduação e com experiência que varia de 5 a 17 anos na Educação Infantil. O roteiro das entrevistas encontra-se em anexo e foi construído tendo por base o trabalho com crianças com deficiências.

6.7 Análise dos dados

Todas as educadoras já trabalharam com crianças de inclusão. Algumas atualmente não trabalham durante o ano em que aconteceu a

entrevista. Mas todas já passaram pela experiência da inserção de criança com deficiências.

O grupo de educadoras entrevistadas relatou a importância que, para se ter uma boa inserção da criança é fundamental o diálogo e a parceria com a família e demais profissionais que atuam com a criança. Todas as crianças possuem um laudo e contam com uma auxiliar de apoio à inclusão que acompanha a criança nas atividades e dão um suporte maior ao educador e a criança no desenvolvimento das atividades e demais necessidades que as mesmas necessitarem.

O caso de uma criança, por exemplo, que possui Síndrome de Down (a RME-BH não oferece um auxiliar para essas crianças, a não ser que ela apresente outras complicações - regras da prefeitura) e também surdez parcial (a rede só dispõe um tradutor de libras para a criança) a família não aceitou por ele ser uma criança com implante coclear. O que com um grupo de crianças grande pode dificultar o trabalho das educadoras em estar trabalhando melhor o desenvolvimento da turma e das crianças como as educadoras em que relatam na citação abaixo:

“O trabalho com L. foi mais tranquilo, pois era um grupo de crianças que já vinham do berçário e L. era novata com síndrome de Down. Ela foi recebida pelos colegas, pelas educadoras e no início ela caía muito, esfolando a testa, as mãos, e a família fazia indagações sobre o acontecimento e na política da Rede Municipal, a síndrome de Down não dá direito a um monitor de inclusão e só após a entrada de outra criança na sala com comprometimento motor é que a mesma ficou com L. e V. ao mesmo tempo. É que no início com 02 educadoras em sala, 01 educadora tinha que estar com L. o tempo todo em sala e nos deslocamentos pela escola.”

A educadora demonstra em seu relato a insegurança em lidar com a criança com deficiências, pois nesse momento tanto a criança quanto o educador estavam em processo de adaptação. A criança tentando fazer parte da socialização com os demais colegas e a educadora se esforçando para que o mesmo a entenda.

“No ano de 2011, trabalhei com F. e me senti insegura e percebo no F. que ele me demonstra não participar do nosso mundo de ouvintes. Ele não nos entendia, corria muito, gritava e nós ficávamos sem saber como agir com ele, pois com o implante coclear, ele ouvia os sons parcialmente, ele ainda não nos ouvia nos primeiros dias e nem ouvia os sons do ambiente, dos colegas e aqueles sons chegavam para ele através de

ruídos o que acabava o fazendo ficar agitado”.

O tradutor de libras foi indicado para essa criança pelo núcleo de inclusão, mas a família da criança não aceitou, pois a criança possui um implante e a família temia em perder o atendimento em Bauru-São Paulo. A partir de uma reunião com a família e profissionais que trabalhavam com a criança é que se pode realizar atividades e posturas mais adequadas que ajudasse a criança a participar melhor das atividades.

Em quase todas as entrevistas, as educadoras relatam sobre a importância do contato, diálogo e troca de experiências com a família e demais profissionais que atuam com a criança, para que conheçam cada caso em específico e contribuam com o desenvolvimento integral da criança. A não ser o caso abaixo:

“Lembro-me que na sala x que trabalhávamos com J. às vezes era complicado a questão do diálogo com a família. Porque estávamos sempre cobrando relatório, cobrando dela que o levasse para um acompanhamento, que trouxesse para a escola materiais e relatórios para que a escola fizesse um melhor trabalho com ele em cima de uma orientação médica. Pois não podemos trabalhar com as crianças só em cima do que a gente achava.”

Na fala dessa educadora fica evidente uma maior parceria entre família/escola e da comunicação, obtenção de maiores informações dos profissionais que atuam sobre as especificidades de cada caso e melhor formação dos profissionais sobre cada laudo. A necessidade do diálogo e a parceria com família e demais profissionais que atuam em contra-turno com a criança é de extrema importância para o desenvolvimento de um trabalho consistente e que irá proporcionar à criança com deficiências um salto em seu desenvolvimento.

Os desafios apresentados pelo grupo de educadoras entrevistadas são muitos. O não conhecimento dos casos e os laudos não fechados ou avaliados sem uma descrição definida ou que está ainda em estudo. O que dificulta a nossa formação e busca sobre as dificuldades e limitações de cada criança. A dificuldade da aceitação da família e o diálogo e a participação efetiva das crianças nas atividades propostas:

“Pois antes de estarmos com a criança, possamos saber um pouco sobre sua deficiência para organizarmos o nosso

trabalho, senão não é uma inclusão e sim uma exclusão, pois a criança está lá na sala com a monitora agora e você desenvolve um trabalho com a turma e ele está lá com a monitora. O objetivo da inclusão não é esse!”

Ao iniciarmos o ano letivo recebemos as crianças de inclusão e muitas vezes nos deparamos com deficiências que muitas vezes desconhecemos e o próprio auxiliar de apoio à inclusão também não conhece. Só no decorrer do processo de adaptação é que são marcadas reuniões com a nossa acompanhante de inclusão e com a família da criança ou profissionais que o acompanham, para termos mais esclarecimentos em como trabalhar com a criança. A participação efetiva das crianças com deficiências e o trabalho diferenciado com esse aluno é um dos desafios e objetivos a serem alcançadas pela nossa instituição, no sentido de proporcionar atividades diversificadas e a participação efetiva dos alunos onde eles desenvolvam o seu potencial. A respeito das perspectivas para o futuro sobre o processo de inclusão, as educadoras colocaram de forma positiva e ainda que é algo que tende a melhorar cada dia mais. E apresentam a importância da formação e conhecimentos dos casos como o citado abaixo:

“Está caminhando para ser cada vez mais tranquilo. Continuo batendo na tecla de que nós educadores temos que ser preparados para isso e devemos ter formação, estudo para a inclusão. Não é só, vamos incluir, faz a matrícula, trazer a criança para a escola, para mim não é inclusão! Tem que haver o conhecimento, eu acho e espero que no futuro seja melhor, pois é fundamental!”

Sobre o trabalho com a inclusão dos deficientes realizado na nossa Instituição, as educadoras colocaram como positivo, interessante e que é um bom realizado com boa interação entre adulto/criança, criança/criança. E ressaltam, mais uma vez, a necessidade de troca de experiências.

“Hoje, no ano de 2011, eu acho que está podendo ser um trabalho muito melhor e até com muitas ações: um educador com uma ação anterior passa para as outras, o que de melhor ela trabalhou com a criança é que foi uma experiência de qualidade, o nosso trabalho hoje é fruto de experiências adquiridas ao longo desses anos e vivências que a própria escola teve.”

As estratégias, recursos ou atividades apresentadas pelo grupo para o desenvolvimento em nosso trabalho com a inclusão vieram ideias entre os profissionais da rede e das salas do AEE (salas implantadas em algumas

escolas para trabalho individual com os alunos) para um melhor desenvolvimento individual de cada aluno. Destacam a importância da formação com palestras para os educadores e maior materialidade e recursos:

“Eu acho que faltam um pouco os recursos. Eles existem, mas precisam chegar mais as UMEI’s a nível federal existem muitas coisas que podem ser disponibilizados à rede pública de ensino e que ainda não chegou para nós. Uma criança que na escola possa ter um aparelho diferente. Acho que precisa de maior materialidade e tecnologias dentro das escolas também.”

O apoio que recebemos fora da instituição ainda é escasso. A questão da materialidade está chegando a partir das demandas apresentadas com requisição médica. O material é solicitado para a acompanhante de inclusão e a compra efetivada pela escola.

Neste ano de 2012, recebemos materiais requisitados para crianças que estudavam na escola a dois anos anteriores. Foram adquiridos materiais para o trabalho com as crianças que estamos trabalhando nesse ano. Na maioria das vezes fazemos materiais alternativos e adaptações com recursos disponíveis na escola. As crianças que estão com 6 anos é que são indicados para as salas de AEE que se encontram em escolas polos da região como: computadores, materiais didáticos e maiores recursos pedagógicos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho sobre o ponto de vista dos educadores sobre a Inclusão na Educação Infantil me fez refletir que temos uma Instituição que trabalha com compromisso e responsabilidade. Que foi construindo ao longo de sua história uma experiência com a diversidade e a inclusão de muita luta e conquistas. Após realizar estudos sobre a inclusão pude perceber que o processo de inclusão está garantido por lei para todas as crianças, mas que ainda precisa ser realmente efetivado nas instituições através de recursos financeiros e investimentos nessa área seja através dos profissionais que atuam diretamente com as crianças como os monitores de inclusão tanto do educador. No sentido de dar condições de uma maior formação desses profissionais.

Com os autores compreendi que nós educadores temos que conhecer as fases do desenvolvimento das crianças dando a importância a cada criança respeitando as suas especificidades. Sabendo que as crianças em suas diversidades aprendem na interação com as outras e que o educador possui o papel importante em desenvolver nas crianças o seu potencial auxiliando em seu desenvolvimento integral.

Percebi a importância do conhecimento de cada caso e laudos de cada criança que estamos trabalhando e que trabalhando dentro de suas limitações devemos garantir o desenvolvimento de cada criança dentro do seu potencial físico, cognitivo afetivo, garantindo uma inclusão de qualidade de forma que o aluno participe efetivamente das atividades.

E que a partir dessa ACPP o meu sobre a inclusão dentro da Instituição estará voltado para o compromisso e respeito pela criança tanto pelo profissional que atua com cada criança para conquistamos um trabalho de qualidade.

E através dessa pesquisa-ação pude perceber que as educadoras envolvidas nesse processo tem um compromisso com o trabalho desenvolvido com a inserção de crianças das crianças com necessidades especiais e buscam estratégias e necessitam de uma formação continuada para que o nosso trabalho seja realmente de qualidade.

A ACPP permitiu a análise da percepção de educadores de uma Unidade Municipal de Ensino da RMEP¹³ sobre o processo de inclusão de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos e 8 meses. Foram apresentados alguns dados que permitiram uma reflexão sobre os aspectos que tem permeado a inserção dos nossos alunos com deficiências em nossa UMEI.

Destacam-se como pontos importantes o investimento em aquisição de materiais didáticos e pedagógicos para a melhoria do desenvolvimento e melhor reorganização do trabalho individual com cada aluno.

A importância de se obter uma maior formação dos profissionais que atuam com as crianças com a participação de palestras oferecidas pela RME para a formação de cada educador que irá trabalhar com a criança de inclusão, a troca de experiências entre os profissionais que atuam na Rede e o conhecimento prévio de cada caso para que o educador planeje e pesquise sobre a deficiência para uma melhor inserção e desenvolvimento do seu trabalho com cada criança.

Uma maior interação família/escola com reuniões que irão aproximar e ajudar tanto a família a conhecer o trabalho da Instituição com as crianças de inclusão e demais alunos quanto para os profissionais conhecerem cada caso específico da criança que estará inserindo na Instituição. Conseguindo assim um trabalho em parceria família/escola e demais profissionais da área da saúde que trabalham com as crianças fora da escola.

São percebidos também grandes avanços e melhorias em relação a socialização das crianças e um trabalho de qualidade, compromisso e respeito. Mas que temos muito a conquistar, conhecer e pesquisar sobre a inclusão de nossas crianças com necessidades especiais.

Apontam os vários desafios enfrentados pelos educadores sobre os laudos apresentados e a dificuldades em suas formações e pesquisa. Estou falando não de uma criança com necessidades especiais e sim de várias crianças é entender cada criança como única é ao mesmo tempo coloca-la no todo fazendo parte de uma turma, de uma escola e de uma sociedade e as colegas serem incluído e estar uma em contato com a outra.

Ressaltam a necessidade de troca de experiências entre a família e demais profissionais que atuam com as crianças, além da importância da formação do educador e dos auxiliares de apoio à inclusão que trabalham com as crianças.

¹³ Rede Municipal de Ensino.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, D.P. **Paradigmas da Inclusão Uma introdução**. Em: F.P. Nunes Sobrinho (org.) (2003). *Inclusão educacional pesquisa e interfaces* (p.p 11-20). Rio de Janeiro: Livres Expressão.

BEHRENS, Marilda. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL. Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 24 out 1989.

Bueno, J.G.S. (1999). **Crianças com Necessidades educativas especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: Generalista ou Especialista?** Revista Brasileira de Educação Especial, 3, (5), 7-25.

Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta à diversidade. Revista Souza Marques, vol. I, p.16 -23,2000.

DE VITTA, F. C. F.; EMMEL, M. L. G. **A dualidade cuidado x educação no cotidiano do berçário**. Paidéia, Ribeirão Preto, v.14, n. 28, p.177-189, 2004.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.3, p.483-502, 2005. Disponível em: SciELO - Scientific Electronic Library On-line. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 set. 2011.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, D. B. & Faria, L.C.M. (Orgs.). **Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 372-390.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **O papel da universidade frente às políticas públicas para Educação Inclusiva**. Revista Benjamim Constant, ano 10, n. 29, p. 3-8, 2004.

KUHLMANN JR., M. Educação infantil e currículo. In: FARIA, A.L.G., PALHARES, M.S. (Org.). **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1999.

LIMA, Priscila Augusta, **Educação Inclusiva e Igualdade Social**- São Paulo: Avecamp, 2006.

MANSOLDO, A. **Educação Ambiental Urbana: reflexão e ação**. Belo Horizonte: Ed. Do Autor, 2005.

MANZINE, Eduardo José. **Portal de ajudas técnicas para a criança com necessidades especiais**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Recursos Pedagógicos Adaptados II, pg : 11.

MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996). Ministério da Educação. Brasília, DF, 2001.

MEC/SEESP- Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, 2007.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Incluir**. Belo Horizonte, 2006.

_____. **Rede de Trocas – Inclusão Escolar-** A Rede Constrói Possibilidades. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte: 2000.

MONTOAM ,Maria Tereza E .**Todas as crianças são bem vindas à escola**. in: texto p.1 e 2 Universidade Estadual de Campinas/Unicamp.www.pro-inclusão.org/br/textos.

MORAN, José Manuel . **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas**. In: BEHRENS, Marilda A.; MASETTO, Marcos T.

MORAN, José M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas-SP: Papirus, 2006, p.11-65.

NÓVOA, António. Entrevista concedida por e-mail em outubro de 2004 ao CRE Mário Covas/SEE-SP, 2004. Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ent/antonio_novoa.pdf. Acesso em: 27 maio 2012.

ONU (1989) Convenção dos Direitos da Criança, NY. ONU. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em 20 mai 2012.

PAÍDEIA - Revista do curso de pedagogia da FHC/FUMEC. Número 4 Ano :5 jan/jun.2008,artigo: **A Inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil-**Veiga Márcia Moreira.

PALHARES, M. S.; MARTINEZ, C. M. S. **A educação infantil: uma questão para o debate**. IN: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (orgs.) Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios. São Carlos, SP: Editora da UFSCar; 1999. p. 5-18.

PESSOTTI, I. **Sobre a evolução do conceito de deficiência mental**. In: **O Estudo do comportamento: pesquisa e prática no Brasil**. Anais da 10ª Reunião Anual de Psicologia. USP. Ribeirão Preto. 1986.

SANTOS, M. T. C. T. **De que escola estamos falando na perspectiva da inclusão escolar?** Temas sobre desenvolvimento. v. 7, n. 40, p. 49, 1998.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro : WVA, 1997

SEESP - Secretaria de Educação Especial do MEC, Conceitos da Educação Especial - Censo Escolar 2005.

SMED (Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte- Desafios da formação- **Proposições Curriculares da Educação Infantil**, Belo Horizonte;2009.pág: 15.

Stainback, Susan e Stainback, William (organizadores). **Inclusão: um guia para educadores.** ARTMED: Porto Alegre, 1999.

UNESCO/Ministério da Educação e Ciência (1994). Relatório Final sobre a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10, Junho, 1994.

.

ANEXOS

Anexo I - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1- Você trabalha ou já trabalhou com crianças com deficiências nessa Instituição?

- a) Quantas turmas?**
- b) Quantas crianças?**

2- Se você tem crianças com deficiências, conte-me um pouco como foi a inserção e o trabalho com essa(s) criança(s)?

3- Em sua opinião, quais os desafios que nós educadores temos com o trabalho de inclusão de crianças com deficiências?

4 – E em termos das perspectivas, como que você acha que será esse processo de inclusão no futuro?

5- O que você acha do trabalho com a inclusão dos deficientes realizado aqui na UMEI?

6- Que estratégias, recursos ou atividades poderíamos acrescentar em nossa prática, para um melhor desenvolvimento em nosso trabalho com a inclusão?

Data: 18/11/11

1ª entrevista: A educadora entrevistada possui 14 anos de experiência na educação Infantil e seu nível de formação é superior completo com especialização em psicopedagogia. Trabalha em uma escola no turno da manhã.

1- Você trabalha ou já trabalhou com crianças com deficiências nessa Instituição?

- Quantas turmas? Todas as turmas de 2008/ 2011.
- Quantas crianças? 5 crianças Vander, Melina, Davi, Diogo, Denis.

2 - Se você tem crianças com inclusão, conte-me um pouco como foi a inserção e o trabalho com essa(s) criança(s)?

Vou falar um pouco de cada uma. Com Vander, nós tivemos um pouco de dificuldade, pois ela faltava porque a mãe não trazia, era uma criança que tinha maior dificuldade porque se alimentava através de sonda, então tinha infecções frequentes. Então a criança era muito infrequente e durante esse ano, não pude ver grandes resultados do nosso trabalho.

Com Melina e Diogo eram crianças frequentes que os pais levavam as mesmas para fazerem outros atendimentos extras (contra turno) como fonoaudiólogos, terapeutas e terapia ocupacional. Então eram crianças que mostravam maiores resultados dentro da escola como socialização, que foi desenvolvendo dia-a-dia como Diogo. Chorava demais, escolhia uma educadora e ficava mais com ela. Com a troca de auxiliar de apoio à inclusão, que no início eram estagiárias e com a troca que teve naquele ano as crianças foram se adaptando muito bem a rotina da escola, professores e monitores.

Depois em 2010 e 2011, onde eu fiquei só com Denis. Em sala, o trabalho foi mais dirigido a essa criança que tem paralisia cerebral que é uma criança que possui um desenvolvimento motor muito bom com certa mobilidade e sua socialização está sendo conquistada, onde interage com os colegas e participa de todas as atividades de rotina da turma. E com Davi, pude ver um trabalho que começou pequeno e que hoje tem um resultado muito bom com a ajuda da família dando esse feedback para nós que o trabalho desenvolvido está muito bom.

3- Na sua opinião, quais os desafios que nós educadores temos com o trabalho de inclusão de crianças com deficiências?

São muitos os desafios e o principal é não termos essa dimensão do que realmente a criança apresenta às vezes as crianças chegam para nós sem um laudo, sem uma avaliação feita por um profissional especializado e o que a gente sabe é muito pouco. Eu acho que não é o caso do Davi, mas de outras crianças que os pais não têm uma boa adesão ao tratamento multidisciplinar, o nosso trabalho fica muito difícil.

Pois só por 4 horas na escola, a gente não consegue ver uma evolução muito boa. Precisaríamos ter outros profissionais trabalhando com a gente. O nosso desafio é muito grande porque nós precisamos de um apoio maior de outros profissionais, pois quando temos esse apoio, nós tentamos sugar ao máximo eles, tentando fazer um trabalho ainda melhor.

4 - E em termos das perspectivas, como que você acha que será esse processo de inclusão no futuro?

Pensando no quanto esse processo já evoluiu, penso é positivamente que tem grandes possibilidades de crescimento e grande melhoria. Tem outros casos de crianças com autismo que temos dificuldades, então a gente vê mais esse processo com deficiências físicas e mentais com um trabalho mais amplo.

Apesar da prefeitura não fazer nenhuma restrição, mas a escola particular ainda faz, e eu penso em um processo de inclusão que abrange toda a classe escolar.

Eu acho que só tem a melhorar e a gente está dando o pontapé inicial e nós estamos começando esse processo de inclusão com qualidade. Mas só as gerações futuras irão dizer se foi eficaz ou não. Mas acredito que está sendo positivo, pois anteriormente as crianças não tinham esse acesso.

5- O que você acha do trabalho com a inclusão dos deficientes realizado aqui na UMEI?

Bom, eu acho muito positivo, só tem a enriquecer o nosso trabalho e a inclusão veio trazer desafios, mas também veio mostrar para nós que é possível. Nós estamos começando e estamos percebendo, o que precisamos fazer, além do que está sendo feito. E acho que nós precisamos ser mais ouvidas pela gestão pelos órgãos maiores em uma questão macro, o governo e tudo mais.

Quem faz as leis, quem seleciona as pessoas para vir trabalhar como estagiárias, monitores devem ter formação

tal, ou nenhuma graduação. Quem faz essas leis não estão em sala de aula, não sabem as reais dificuldades que temos.

6- Que estratégias, recursos ou atividades poderíamos acrescentar em nossa prática, para um melhor desenvolvimento em nosso trabalho com a inclusão?

Aqui na escola nós temos muitos recursos. Atividades tanto para as crianças com necessidades especiais como para as crianças “ditas normais”, ambas fazem as mesmas atividades. Não há restrição, cada um dentro do seu potencial. Mas deveria ter nas UMEI's, como vimos no seu PowerPoint, salas de recursos, um profissional responsável e formado em terapia ocupacional, por exemplo, uma coisa mais voltada a essas crianças. Não que as tirassem das salas de aula, mas que pudesse ser no contra turno. São muitas ideias e vejo que poderíamos ter uma formação maior de cada deficiência, ter encontros para trocar experiências mesmo.

E que a formação maior que temos é a prática com o trabalho. E às vezes acontecem coisas ótimas na rede ou nós estamos fazendo coisas muito legais e as outras pessoas não ficam sabendo, por que não há uma troca de experiências nessa dimensão.

2ª entrevista: A educadora entrevistada tem a idade de 40 anos. Trabalha no turno da manhã na rede particular como coordenadora de ensino fundamental e médio e no período da tarde nesta unidade de educação infantil. Possui 17 anos de experiência no magistério e sua formação acadêmica é superior completo.

1 - Você trabalha ou já trabalhou com crianças com deficiências nessa Instituição?

Quantas turmas? Já trabalhei, atualmente não. Duas salas.

2 - Se você tem crianças com inclusão, conte-me um pouco como foi a inserção e o trabalho com essa(s) criança(s)?

Duas crianças em anos diferentes. Trabalhei com Alex e no início foi muito complicado, ele era muito agitado, fugia demais da sala e a questão da aprendizagem era bem diferente. Apesar das fugas da sala e sua maior questão era a agitação.

Rafael era cadeirante e apresentava-se muito interessado nas atividades e bem inteligente. Era uma turma de 5/6 anos e ele se destacava em relação a sua aprendizagem

diante de alguns alunos da sala. Era fácil e prazeroso trabalhar com ele. Ele corria na cadeira, jogava bola, basquete. As duas deficiências ao qual tive contato, não tive dificuldades não. Mas há algumas aqui na escola que eu acho mais complicado que são crianças com paralisia cerebral e que muitas ficamos numa ansiedade em ver a criança se desenvolvendo, que muitas vezes o desenvolvimento dessas é tão devagar que a gente fica ansiosa.

3- Na sua opinião, quais os desafios que nós educadores temos com o trabalho de inclusão de crianças com deficiências?

O conhecimento sobre os casos. Acho necessário que antes de inserirmos as crianças na sala, sabermos qual é a sua criança com necessidades especiais e qual é a necessidade dele. Pois antes de estarmos com a criança, possamos saber um pouco sobre sua deficiência para organizarmos o nosso trabalho, senão não é uma inclusão e sim uma exclusão, pois a criança está lá na sala com a monitora agora e você desenvolve um trabalho com a turma e ele está lá com a monitora.

O objetivo da inclusão não é esse!

Alguns casos serão só de socialização, eles não irão acompanhar as atividades como as outras crianças. Mas se conhecermos o caso de cada uma, iremos criar estratégias para se trabalhar com essa criança. Muitas vezes, recebemos a criança de inclusão em fevereiro, não conhecemos cada caso e tudo “cai de paraquedas” sem uma prévia e não temos o preparo, estudo para lidar com tal dificuldade.

4 – E em termos das perspectivas, como que você acha que será esse processo de inclusão no futuro?

Está caminhando para ser cada vez mais tranquilo. Continuo batendo na tecla de que nós educadores temos que ser preparados para isso e devemos ter formação, estudo para a inclusão. Não é só, vamos incluir, faz a matrícula, trazer a criança para a escola, para mim não é inclusão!

Tem que haver o conhecimento, eu acho e espero que no futuro seja melhor, pois fundamental!

5 - O que você acha do trabalho com a inclusão dos deficientes realizado aqui na UMEI?

Acho que o que falta é essa informação que é em cima da hora e sem ter o devido tempo de estudo e buscando informações e conhecimentos sobre cada caso.

E a troca de experiências com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas venham e nos orientem.

6- Que estratégias, recursos ou atividades poderíamos acrescentar em nossa prática, para um melhor desenvolvimento em nosso trabalho com a inclusão?

Acho que vou ficar repetitiva, pois tudo envolver a questão do conhecimento, não tem como eu praticar algo que eu não conheça, eu preciso conhecer. Como posso falar de uma prática. Pois cada caso é um caso. Podemos oferecer vários recursos visuais, cartazes como foi o caso com D com paralisia cerebral.

3ª entrevistada: A educadora entrevistada tem 33 anos de idade. E possui 7 anos de experiência, trabalha no turno da manhã nesta unidade de ensino e no turno da tarde com Ensino fundamental. Possui a formação acadêmica com superior completo e especialização em Educação Infantil.

1- Você trabalha ou já trabalhou com crianças com deficiências nessa Instituição?

Sim.

Quantas turmas? Uma turma.

Quantas crianças? 1 criança.

2 - Se você tem crianças com inclusão, conte-me um pouco como foi a inserção e o trabalho com essa(s) criança(s)?

Na minha turma tem uma criança de inclusão. Foi inserido na UMEI aos dois anos e ela tem um implante coclear. Como ela não ouvia e nem falava, era ajudar nesse desenvolvimento. E o processo de entendimento, meu como educadora, ficou difícil entender como lidar com esse caso.

Mas, a partir de conversas com a família, a escola e profissionais que o acompanhavam em uma clínica em que sua fonoaudióloga marcou uma consulta, na qual fomos até lá conhecer o trabalho contra turno que realizavam com F. é que passei a entender melhor o caso e a trabalhar com ele em sala de aula.

Fernando. Apresenta-se uma criança agitada e imagino que seja pela sua dificuldade e muito desatento em todas

as atividades. Que logo aprendi como falar e me expressar com ele de forma que ele me compreenda.

3- Em sua opinião, quais os desafios que nós educadores temos com o trabalho de inclusão de crianças com deficiências?

Estou falando não de uma criança com necessidades especiais e sim de várias crianças é entender cada criança como única é ao mesmo tempo coloca-la no todo fazendo parte de uma turma, de uma escola e de uma sociedade e as colegas serem incluído e estar uma em contato com a outra.

4 – E em termos das perspectivas, como que você acha que será esse processo de inclusão no futuro?

Eu entendo as minhas perspectivas e que tenhamos um pouco mais de formação para lidar com cada caso que surgir dentro da instituição. Pois cada criança é única. Falta um pouco mais de apoio de outros meios de outras instituições que nos ajudem a lidar com cada criança com necessidades especiais. Procuramos através de livros, internet, mas faltam experiências de alguém que entenda e tenha formação sobre cada caso.

5 - O que você acha do trabalho com a inclusão dos deficientes realizado aqui na UMEI?

É um trabalho muito eficiente, pois a UMEI faz de tudo e o que eu conheço, nós fazemos o melhor para que essa inclusão aconteça sem discriminação e que seja melhor a cada dia.

6 - Que estratégias, recursos ou atividades poderíamos acrescentar em nossa prática, para um melhor desenvolvimento em nosso trabalho com a inclusão?

Na minha experiência com isso, a criança com dificuldade está aprendendo hoje a ouvir, estratégias são usadas como nas rodas de conversas com as crianças, eu me posiciono de frente a ela para que eu possa mais perto do implante, ou seu ouvido, ou que ela possa estar fazendo a leitura labial, escutando diferentes sons e faça a distinção de ruídos e que ele desenvolva a capacidade de ouvir,

pois ouvir, ele ouve, ele só possui dificuldades em distinguir diferentes sons.

As minhas estratégias são essas com a criança, e fazer com que ele fique junto com as outras crianças, pois ele se nega em ficar junto do grupo e eu não trato ele como única e que faz parte da turma, então eu proporciona momentos de fazer com que ele compreenda melhor o que falo os sons. E ele já começa a balbuciar algumas palavras.

4ª entrevista: A educadora entrevistada tem a idade de 32 anos. Possui experiência de 15 anos na educação. Trabalha em dois turnos com educação Infantil na rede pública e sua formação Acadêmica é de ensino superior e pedagogia e especialização em Educação Infantil.

1- Você trabalha ou já trabalhou com crianças com deficiências nessa Instituição?

No ano de 2008 com uma criança de um ano. E em 2011 com uma criança de 2/3 anos.

Quantas turmas? 2 turmas .

Quantas crianças? 2 crianças.

2 - Se você tem crianças com inclusão, conte-me um pouco como foi a inserção e o trabalho com essa(s) criança(s)?

Em 2008 trabalhei com Marcus que continua até hoje aqui na escola, eu não sei dizer qual a limitação dele.

O grupo de crianças em que ele estava inserido eram crianças pequenas e por ele não andar, ele ficava no carrinho e nossas atividades com ele eram maiores no momento das rodinhas. Era uma criança que ficava só no período parcial, apesar de com 2/3 anos poder ficar integral.

Nos horários de parquinho, começou a sair do carrinho no 2º semestre, andando com monitora pela grama, explorar os brinquedos, ele ainda não explorava, pois ainda não possuía controle dos membros, nenhum controle.

Sua visão era um pouco comprometida pelo estrabismo, e podíamos perceber que ele ficava bem feliz com os colegas perto dele.

No ano de 2011, trabalhei com Felipe e me senti insegura e percebo no F. que ele me demonstra não participar do nosso mundo de ouvintes. Ele não nos entendia, corria muito, gritava e nós ficávamos sem saber como agir com ele, pois com o implante coclear, ele ouvia os sons

parcialmente, ele ainda não nos ouvia nos primeiros dias e nem ouvia os sons do ambiente, dos colegas e aqueles sons chegavam para ele através de ruídos o que acabava o fazendo ficar agitado.

A família e profissional que o acompanhavam foram nos dando o auxílio necessário de como trabalhar com F. e com o tempo, o aparelho sendo regulado e os sons foram sendo passados para ele de forma mais real e ele passou a ficar menos agitado e participando melhor das atividades. E continua sendo uma inserção, pois ele ainda está no processo.

3 - Em sua opinião, quais os desafios que nós educadores temos com o trabalho de inclusão de crianças com deficiências?

Vou falar sobre essa pergunta baseada no caso que tenho com Fábio. Ele é um deficiente auditivo e o mesmo pela política da Rede Municipal de Educação não possui uma monitora de inclusão, ele não tem alguém que seja seu intérprete do mundo dos ouvintes.

A prefeitura oferece nesse caso, um tradutor de libras ao qual a família foi contra por causa do implante coclear e devido a suas visitas em Bauru.

Nós educadoras dessa turma, temos mais 17 crianças na turma e acho que não temos condições de dar a ele a atenção e o cuidado com ele para que ele possa fazer uma ponte com o mundo das crianças e o mundo dele que está vivendo agora e ele agora está aprendendo a ouvir.

Eu me sinto assim que o grande desafio que temos pelo menos para mim, é que não podemos deixar os 17 alunos de lado e dando maior atenção ao F. e muitas vezes acho que estamos excluindo F., mas que no início do ano estávamos tentando incluir o F. e em alguns momentos, deixávamos a turma de lado porque precisávamos estar atrás do F. o tempo e para que ele conseguisse durante esses meses, todas essas conquistas, sinto que às vezes deixávamos a turma um pouco excluída também.

Incluir essa criança sem que ele próprio se sinta excluído e sem que o restante da turma se sinta excluída.

Os outros desafios são:

Quais as deficiências então que podem e não ter o monitor.

A Rede Municipal de Educação é uma rede privilegiada que tem o monitor que pode estar acompanhando a criança. Como existem outros municípios e outras redes que não possuem esse privilégio e direito a esse da criança.

Qual é o critério utilizado? A criança como Fábio possui limitações. Como até hoje ainda não terminou o seu processo de controle esfíncter, pois não podemos dar uma atenção específica a ele nesse sentido, ele precisa de alguém para acompanhá-lo no uso do sanitário, nós deixamos a turma para acompanhá-lo? O processo de acompanhamento. Ele precisa de alguém para acompanhá-lo dentro da instituição.

Muitas vezes, a maioria da vezes é a nossa formação profissional. Como vamos lidar com cada caso específico de cada criança de inclusão.

Procuro ler, me informar e eu tive uma iniciativa em que a instituição me ajuda nisso, enquanto Rede Municipal de Ensino. Seria uma capacitação mesmo para que possamos trabalhar com essas crianças. E é uma realidade que só irá aumentar daqui pra frente.

4 – E em termos das perspectivas, como que você acha que será esse processo de inclusão no futuro?

As perspectivas terão que ser as melhores possíveis sempre. Nós não podemos dizer como será a inclusão de acordo com as vivências que estamos experimentando agora por que, as nossas experiências deste ano, no próximo ano será uma base para a outra educadora que estará com a criança e ela não irá começar do nada, pois iremos partilhar ideias de como foi o trabalho com a criança anteriormente e até mesmo as conquistas que a família ou a Rede Municipal de Ensino faz com alguns desafios.

Muito do que existe de apoio, tecnológico de informação não chega como deveria para nós e a minha perspectiva é: que isso passe a chegar mais que sejamos mais informados. Que o apoio das salas de AEE que sejam expandidas em mais escolas polos e que possam de fato ter uma excelente materialidade para que nos possam ajudar.

Muitas das necessidades especiais têm muito apoio na parte tecnológica como a digital e pensar nisso com otimismo.

5 - O que você acha do trabalho com a inclusão dos deficientes realizado aqui na UMEI?

Eu acho que é um trabalho hoje de muita luta, muita luta! Se essa pergunta me fosse feita há quatro anos no início, eu diria que a minha perspectiva não “bacana” e tudo foi com muita luta no início.

Hoje, no ano de 2011, eu acho que está podendo ser um trabalho muito melhor e até com muitas ações: um

educador com uma ação anterior passa para as outras, o que de melhor ela trabalhou com a criança é que foi uma experiência de qualidade, o nosso trabalho hoje é fruto de experiências adquiridas ao longo desses anos e vivências que a própria escola teve.

É um trabalho interessante.

As crianças felizes e percebemos um resultado “bacana” é um trabalho bom.

6- Que estratégias, recursos ou atividades poderíamos acrescentar em nossa prática, para um melhor desenvolvimento em nosso trabalho com a inclusão?

Eu acho que faltam um pouco os recursos. Eles existem, mas precisam chegar mais as UMEI's a nível federal existem muitas coisas que podem ser disponibilizados à rede pública de ensino e que ainda não chegou para nós. Uma criança que na escola possa ter um aparelho diferente.

Acho que precisa de maior materialidade e tecnologias dentro das escolas também.

Estratégias dentro das necessidades que eu acompanhei são poucos e não teria outras a acrescentar não.

5ª entrevista: A educadora entrevistada tem a idade de 39 anos. Trabalha em uma escola de Educação Infantil no turno da manhã da rede pública. Possui formação Acadêmica de nível superior e não citou o seu tempo de experiência no termo de consentimento livre esclarecido.

1- Você trabalha ou já trabalhou com crianças com deficiências nessa Instituição?

Já.

Quantas turmas? 3 turmas.

Quantas crianças? 4 crianças.

2 - Se você tem crianças com inclusão, conte-me um pouco como foi a inserção e o trabalho com essa(s) criança(s)?

Lembro-me que na sala x que trabalhávamos com José e às vezes era complicada a questão do diálogo com a família. Porque estávamos sempre cobrando relatório, cobrando dela que o levasse para um acompanhamento, que trouxesse para a escola materiais e relatórios para que a escola fizesse um melhor trabalho com ele em cima de uma orientação médica. Pois não podemos trabalhar

com as crianças só em cima do que a gente achava. Existia uma cobrança para que ela trouxesse para nós (escola) esse material para que soubéssemos quais eram as demandas dele e qual a sua deficiência e o que poderíamos estimulá-lo e ela (mãe) não trazia, ela desconversava, não dava retorno aos bilhetes. Era um trabalho difícil e sempre tentando esse retorno.

Com o Fernando tínhamos o contato com a família e troca de experiências com profissionais que o acompanhavam e o atendem contra turno.

Foram marcadas várias reuniões com tais profissionais e família.

Existe uma troca de ideias, onde muitas vezes o nosso olhar (escola) é um, e do profissional da saúde é outro, e o olhar da família é outro.

Até da aceitação e de como lidar com essa criança. Existia o diálogo que não existia com a família de José, mas não era uma coisa certa, estávamos arranjando caminhos ainda do melhor trabalho.

Em termos de dificuldade em lidar com ele sentíamos que ele não conseguia participar das atividades, porque ele não escutava e queríamos fazer uma roda de conversa com o grupo e era difícil trazê-lo para a roda. Sempre quando havia 2 ou 3 educadores na sala 01 era para estar por “conta dele” e de tentar fazer com que ele participasse da atividade sem ficar “vagando” pela sala. Enquanto o outro grupo de crianças estava cantando e assistindo filmes. Demandava um profissional para estar sempre ao lado dele.

Na parte da manhã com 2 educadoras em sala 01 era pra estar com Fernando e a outra com o grupo na hora de deslocamentos e acho que faltava alguma coisa para essa criança.

O trabalho com Lúcia foi mais tranquila, pois era um grupo de crianças que já vinham do berçário e Lúcia era novata com síndrome de Down. Ela foi recebida pelos colegas, pelas educadoras e no início ela caía muito, esfolando a testa, as mãos, e a família fazia indagações sobre o acontecimento e na política da Rede Municipal, a síndrome de Down não dá direito a um monitor de inclusão e só após a entrada de outra criança na sala com comprometimento motor é que a mesma ficou com Lúcia e Victor ao mesmo tempo. É que no início com 02 educadoras em sala, 01 educadora tinha que estar com Lúcia. o tempo todo em sala e nos deslocamentos pela escola. Hoje percebemos que Lúcia está bem melhor e que não é como no início do ano, sua desenvoltura e desenvolvimento estão bem.

Teve também o trabalho das educadoras em estar conversando com a família e procurar atendimento

médico e tentar saber que tipos de ações estão tendo com a criança e hoje ela faz acompanhamento com a fonoaudióloga e o seu desenvolvimento oral melhora a cada dia.

Com Heitor no berçário, passamos muitos “sustos”, pois não sabíamos como ele se alimentava como dormia e a mãe deveria ter nos contado as particularidades do Heitor que e ligávamos para a mãe e ela nos contava.

Como na hora da alimentação, ela não comia e a mãe estava introduzindo a comida salgada na escola. Ela só tomava leite e não conhecia o paladar da comida. E fomos descobrindo aos poucos pelo contato com a mãe. A inserção dele foi boa e todas as educadoras e colegas o estimam muito.

Quando ela está no grupo fica em sua cadeira adaptada pela monitora de inclusão, perto do grupo por não saber ainda andar.

3 - Em sua opinião, quais os desafios que nós educadores temos com o trabalho de inclusão de crianças com deficiências?

O desafio que enfrentamos é de fazermos com que participem das atividades apesar de suas limitações, por que a criança ficar ali, o grupo todo participando e ela estar alheia a tudo que está acontecendo, isso não é inclusão.

O outro grande desafio é a gente se informar também, pois cada criança tem uma necessidade, uma limitação e precisa ser estimulada em um sentido e a cada ano, você recebe uma criança diferente, com uma necessidade diferente.

Um ano, você recebe uma criança com síndrome de Down no ano seguinte com autismo. Você tem o desafio de procurar algo para trabalhar com essas crianças, o que ela apresenta para você e procurar formação, pois nem sempre a prefeitura nos oferece.

E o diálogo com a família que muitas vezes tem dificuldade em aceitar aquela criança, eles estão nesse processo de que essa criança tem suas dificuldades e limitações. E muitas vezes a própria família não aceita que ela tem necessidades especiais.

4 – E em termos das perspectivas, como que você acha que será esse processo de inclusão no futuro?

Eu acho que a escola está cada vez mais recebendo essas crianças e a necessidade grande é de formação e não só para os educadores, mas para a família também. Porque muitas vezes é na escola que eles começam a

interagir e encontrar possibilidades e muitas vezes elas são criadas sem contato com a sociedade e a família, porque pensam que as pessoas vão perguntar, olhar. Acaba que a criança fica meio assim isolada pela própria família, não por querer, mas é na escola que ela irá conviver com outras crianças e os pais com outros pais. O futuro precisa de formação, informação, vídeos de palestras de coisas que possam acrescentar na boa formação das crianças.

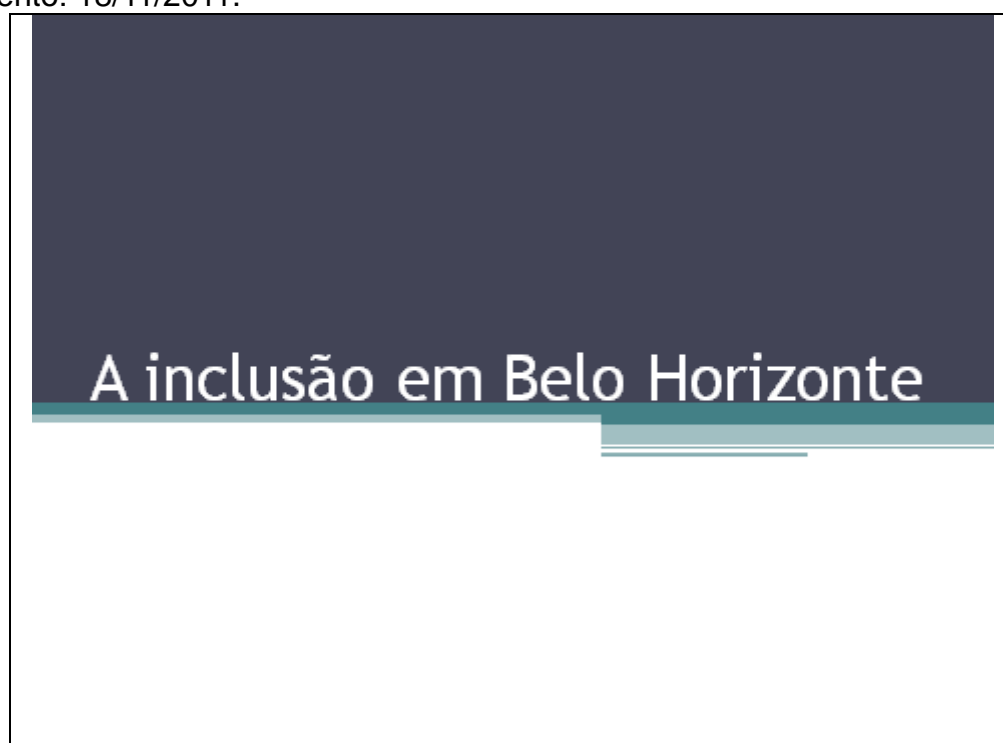
5- O que você acha do trabalho com a inclusão dos deficientes realizado aqui na UMEI?

É um trabalho bem feito, eu sempre vejo as pessoas muito atenciosas. Assim como são as outras. Sempre vejo as pessoas brincando, conversando, interagindo com essas crianças e se esforçando para que elas participem das atividades do grupo. São crianças bem cuidadas e bem olhadas, são muito bem recebidas.

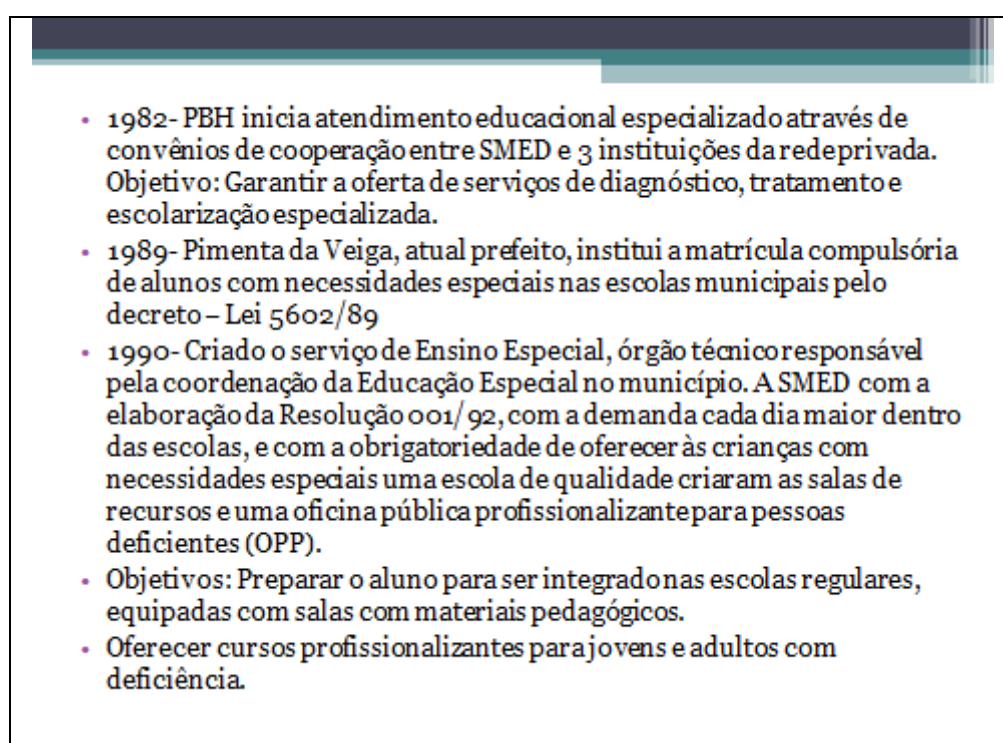
6 - Que estratégias, recursos ou atividades poderíamos acrescentar em nossa prática, para um melhor desenvolvimento em nosso trabalho com a inclusão?

As estratégias são de procurar fazer cursos e procurar coisas que acrescentem e que tragam recursos, com palestras voltadas para o profissional dentro da instituição sobre cada caso dos alunos de inclusão.

Procurar brinquedos e materiais que estimulem as crianças dentro de cada necessidade e outros tipos de recursos como mesas, cadeiras, como no caso de Heitor que irá contribuir para o seu melhor desenvolvimento dentro da escola.



Slide 1



Slide 2

- 1991 – Foi criado pela SMED o centro de aperfeiçoamento de Profissionais (CAP), onde funcionava com uma estrutura nas diversas áreas de conhecimento, incluindo oficinas de educação especial.
- 1994 – ARME – BH – iniciou a implantação da escola plural e foi criado o Fórum das Escolas Especiais, o qual foi redimensionado com a apresentação de todas as regionais com salas de recursos e da Oficina Pública Profissionalizante, passando a se denominar “ Fórum da Educação Especial”
- 1997 – Redimensionamento da CPP – Coordenação de Política Pedagógica – constituindo-se uma coordenação geral e cinco coordenadorias específicas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA e Educação Especial.
- 1998 – O Ensino Especial foi desativado e a coordenadoria de Educação Especial (CPP) passou a incorporar as atribuições e competências relativas à gestão política pedagógica dessa modalidade educacional.

Slide 3

- Nos últimos anos, a demanda de alunos com deficiência têm aumentado em todos os níveis da educação, a procura por matrículas , principalmente na educação infantil tem sido significativa, tanto na rede pública como nas instituições conveniadas. Para atender essa demanda, o município tem criado estratégias para que a inclusão escolar aconteça de fato. Hoje a rede conta com serviços de atendimento educacional às necessidades especiais, o núcleo de inclusão da pessoa deficiente, Equipe de Apoio à inclusão das pessoas com deficiência , condutas típicas e altas habilidades, frentes de trabalho permanente do núcleo de Inclusão Escolar das pessoas com deficiência.
- Há também o atendimento especializado que consiste em um serviço da Educação Especial que complementa e suplementa a formação dos alunos com deficiência, TGD, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Os alunos são encaminhados através dos encaminhamentos das escolas que fazem parte da Equipe de apoio à inclusão.

Slide 4

- Nos últimos 10 anos, mediante a demanda crescente pela escolarização de seus filhos nas escolas comuns e visando garantir a estas crianças e adolescentes quanto ao acesso e permanência com qualidade nas escolas e instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de ensino, a SMED vem propondo estratégias para a implementação da Educação Inclusiva no município.
- A disponibilização de monitores de apoio à Inclusão é uma estratégia que tem como objetivo, proporcionar aos educadores possibilidades de atender de forma individualizada, e atendimento às crianças com necessidades de locomoção, cuidados com higiene, alimentação, quando há comprometimento da autonomia para as atividades diárias.
- Revisão das proposições curriculares – o mesmo traz de forma bem clara a atual lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional; Lei 9:394, de Dezembro 1996; é contemplada, no capítulo V, a educação especial . Definida por modalidade de educação escolar é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino à pessoas com necessidades especiais. Contempla desde a Educação Infantil ao ensino superior.

Slide 5

- Referências Bibliográficas:
 MINAS GERAIS, Secretaria de Estado e Educação.
Projeto Incluir. Belo Horizonte: 2006
 _____ **Rede de trocas – Inclusão Escolar – A**
rede Constrói Possibilidades
 Secretaria Municipal de Educação de Belo
 Horizonte: 2000

Slide 6